

Revista de cultura trasmontana e duriense

Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real



Tellus
56

Tellus, n.º 56

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Vila Real, Junho de 2012

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Composto e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
56

Uma polémica amável

A. M. Pires Cabral

Em 14 de Fevereiro de 2012 passou o centenário do nascimento de Alberto Miranda, e o Grémio Literário Vila-Realense, como aliás lhe competia, não quis deixar de assinalar essa data, organizando um programa de grande simplicidade mas com algum significado. O programa, na verdade muito simples, consistiu num lanche no Restaurante Chaxoila, em que foram servidas alheiras, de envolta com outros petiscos regionais. Participaram neste lanche quase cinco dezenas de pessoas, e não apenas as duas dezenas que a Voz de Trás-os-Montes noticiou, reduzindo o real impacto da evocação.

Porquê alheiras? Em Vila Real fariam talvez mais sentido moiras... Mas não esqueçamos que Alberto Miranda nasceu em Macedo de Cavaleiros, um dos solares da boa alheira trasmontana.

De resto, um panfleto que foi distribuído na ocasião, a que foi dado o título de “Contextualizando...”, explicava o porquê da coisa. Reproduzimos de seguida o dito panfleto, com as alterações e acrescentos derivados de ter eu finalmente encontrado, após buscas persistentes, parte importante do processo desta polémica amável travada entre mim e o Poeta Alberto Miranda em torno das... alheiras.

Em finais de 1978 — sabedores de que o Poeta Alberto Miranda era grande apreciador de alheiras — a minha Mulher e eu convidámo-lo e à sua Esposa, Dona Ester, para um jantar em nossa casa em que servimos essa peça entre todas nobre do fumeiro trasmontano. Eram alheiras do fumeiro de minha Mãe — o que vale por dizer que eram garantidamente as melhores alheiras do mundo.

As expressões de elogio às alheiras, por parte do Poeta, durante e após o repasto, foram tais e tantas que decidi que quando fosse a Macedo de Cavaleiros traria mais meia dúzia delas com destino ao Poeta que tão prodigamente as celebrava. E assim foi.

Passámos esse fim de ano em Macedo de Cavaleiros e, no regresso, lá vinha a tal meia dúzia das ditas alheiras destinadas a Alberto Miranda. Recebeu-as com a amabilidade que era seu timbre; e agradeceu-as, depois de deglutidas e devidamente saboreadas, numa carta que reproduzo.

Meus Exm^{os} Amigos:

Com os meus afectuosos cumprimentos, permito-me, mais uma vez, agradecer-lhes a generosidade da lembrança com que tiveram a honra de obsequiar-me.

Evidentemente que tão apreciadíssima oferta não tem preço, mas apreço, motivo por que me afoitei a uma referência poética, exactamente por se tratar de um acepipe capaz de alentar a musa mais abstrusa e canhestra como esta que dedilhei para a feitura do meu reconhecimento:

*Quem me dera ser assim:
Um poeta fraternal,
Ter um fumeiro em Chacim
E uma “pinguinha” da tal...*

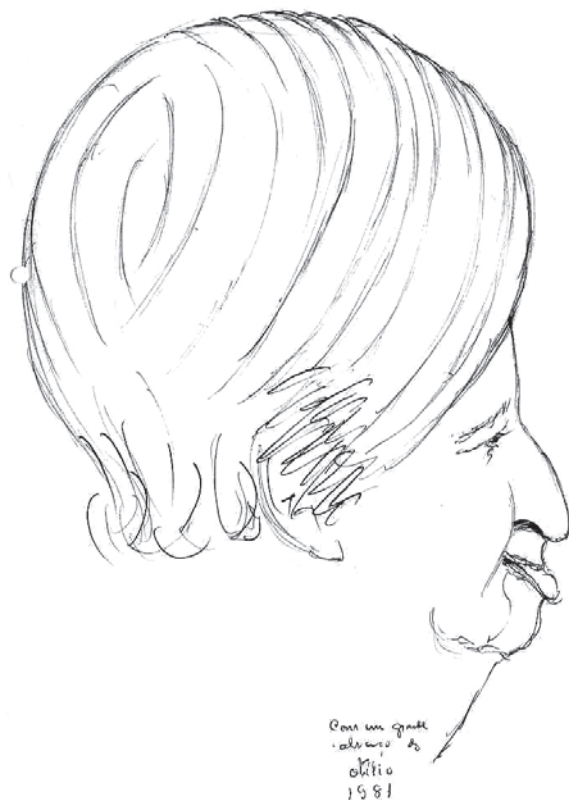
*Saudações alviçareiras
E obrigado, pois então...
Glosar um mote de alheiras,
Só com muita gratidão!*

Reiterando os meus agradecimentos e os de minha mulher, creiam-me, com muita estima e consideração,

*Vila Real, 10-1-79
Alberto Miranda*

Achei graça à carta, e especialmente às quadras, género em que Alberto Miranda era exímio. E, como também tinha os meus fumos de quadrista, toca a responder-lhe com meia dúzia de quadras em que as alheiras eram ainda o motivo principal. O Poeta replicou, eu repliquei também, treplicou e eu trepliquei também, até que, satisfeitos ambos os lados e porventura exaustas as musas respectivas, demos por finda a amável polémica.

Tinha a certeza de que guardara todo o processo: as quadras autógrafas de Alberto Miranda e cópia a papel químico (ou talvez antes fotocópia) das minhas, dactilografadas. Devo tê-lo guardado, decerto a sete chaves, porque sou muito cioso da correspondência que recebo de confrades das letras (tenho umas centenas de cartas no meu espólio). Às vezes, de tanto querer acautelar as coisas, acabo por lhes perder o tino. Procurei o dito processo afincadamente em todas as pastas e caixas de arquivo onde pudesse estar, assanhei a rinite a remexer na papelada velha — mas debalde.



Por sorte, tinha metido no computador as quadras de Alberto Miranda, que podem assim ser restituídas. Pela fidelidade da cópia fico eu. Não acrescentam nada à glória do Autor, mas dão um ar da sua graça.

Por sorte ainda, no espólio do Poeta, foram encontrados rascunhos dessas quadras — que documentam o quanto há de oficina no ofício da poesia.

E ainda por sorte, quando procurava uns papéis que nada tinham a ver com o caso, deparei com o processo das alheiras! É sempre assim. E, como diz o povo, quem é vivo sempre aparece.

Temos pois o processo completo desta amabilíssima polémica que aí fica registada para a *petite histoire* da literatura trasmontana.

Aí vão as quadras, datadas de 31 de Janeiro de 1979, que alinhabei em resposta à carta supra de Alberto Miranda:

*Sr. Miranda, aí vai
uma questão antipática,
mais dura de resolver
que as questões da matemática:*

*Se de um lado lhe of'recessem
a mais bela poesia,
do outro pingues alheiras —
— qual delas escolheria?*

*Caso bicudo, que exige
reflexão e muita calma:
as alheiras são prò corpo,
a poesia prà alma.*

*Não há dúvida que é
um dilema bem cruel:
a quem prestar homenagem —
— Apolo ou Pantagrue!*

*Voltar as costas às musas?
Dizer não às cozinheiras?
Mas se eu amo a poesia!
Mas se eu adoro as alheiras!*

... ..

*A solução que proponho
dispensa o bicarbonato:
ajudar com belos versos
a digestão do biscato!*

A 5 de Fevereiro, o correio (ainda não era o famigerado correio azul, era ainda o modesto mas cumpridor correio normal) trazia-me a resposta de Alberto Miranda, datada do dia anterior:

*Eu não merecia o pitéu,
Mas aceito a solução:
Pintar alheiras no céu
Não é legal... isso não...*

*Mas que diabo, Doutor,
A poesia e os feitiços
Não terão outro sabor
Misturados com chouriços?...*

*Qualquer musa diz que sim,
Ninguém rejeita o biscato...
— Ai poeta de Chacim,
não me dê bicarbonato...*

Mas é da natureza das polémicas que não se terminem tão depressa. Ainda me pareceu que podia replicar. E, no dia 7 de Fevereiro, aí vai a réplica:

*Com que então, Sr. Miranda,
dispensa o bicarbonato!
Folgo muito com saber
que não padece de flato*

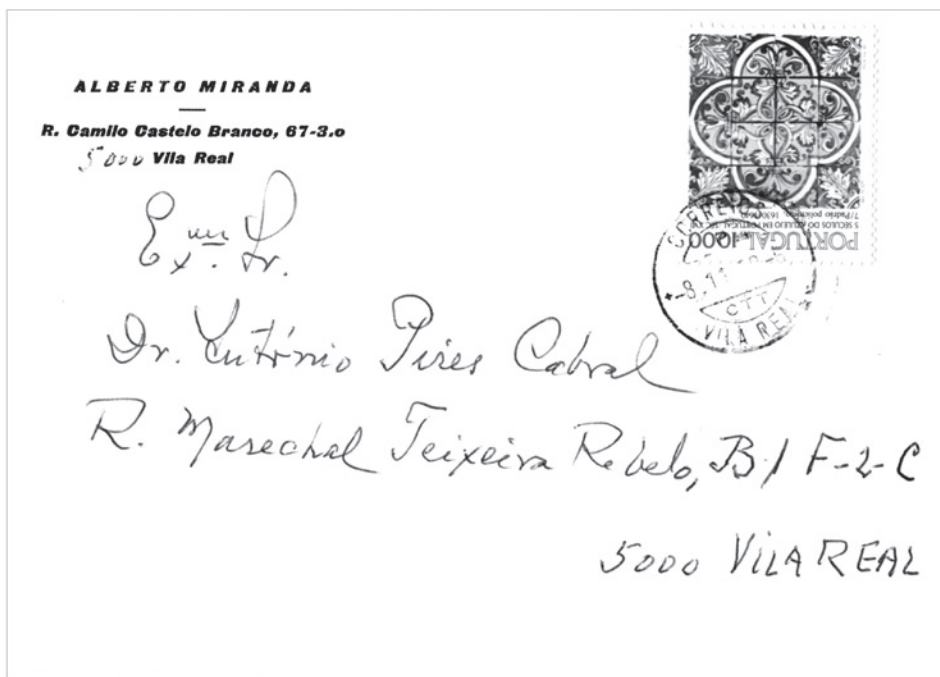
*Nem enfim de qualquer outra
estomacal avaria,
e digere de igual modo
alheiras e poesia!*

*De resto, aquilo que eu disse
era apenas sugestão.
Não é remédio que eu use,
tenho outro sempre à mão:*

*Contra a hipercloridria,
vinho tinto sobre a alheira;
contra os arranhões das musas,
dois dedos de bagaceira.*

*Simplesmente, este remédio
do bagaço e do tintol
não pode ser receitado
a quem só bebe... sumol!*

*Mas, descanse, fica assente,
juro p'lo Anjo Custódio:
alheiras sempre; jamais
bicarbonato de sódio!*



Aquela coisa do sumol, já não me lembra bem que alusão era. Cuido porém, sem o poder jurar, que o Alberto Miranda, no jantar de que se fala acima, terá bebido sumo em vez de vinho.

De qualquer modo, não fiquei sem resposta. No próprio dia em que terá recebido a minha carta, 8 de Fevereiro, aí temos Alberto Miranda a retrucar:

*Doutor Cabral, não se iluda,
Eu sou feito de mazelas,
O meu flato não tem cura
E quanto às musas... balelas...*

*O meu canto é uma mentira
Que a fantasia gelou!
P'ra que serve, agora, a lira
Se "a pele do vento" a levou?...*

*Sou como carro pintado
Sem travões nem direcção
Sou palaio mal atado
A fingir de salpicão...*

*Já não me importa o briol
Nem o Parnaso me anima...
Vou-me agarrando ao Sumol,
Porque o mais, já nada rima...*

*Não me comprometa, pois,
Faça desta brincadeira
Um acepipe p'ròs dois,
Mas com muita bagaceira...*

Sentindo embora que me começava a faltar o fôlego, ainda encontrei forças para treplicar, embora mais de um mês depois (12 de Março):

*Ena, tanto pessimismo!
Eu creio bem que exagera,
Meu caro Sr. Miranda,
Nas mazelas que enumera.*

*Quem na volta do correio
Manda conceitos de gritos —
— É porque tem afinada
A 'caixa dos pirolitos'.*

*E quem, levantando a voz
Como quem lança pregões,
Canta tão sonoras quadras —
— Tem por força bons pulmões.*

*Assim como quem escreve
Com tão sublime emoção,
Tratando por tu as musas —
— Não sofre do coração.*

*E quem digere as alheiras
Com tanta solicitude —
— Tem um tubo digestivo
Cheio de força e saúde.*

*E quem assim sabe rir
Nesta amena cavaqueira —
— Por certo que não padece
De crises de figadeira.*

*(Só se acaso se refere
A certo órgão sem par...
Mas isso, Amigo, paciência:
Quem andou não tem p'r'andar...)*

*Sem travões nem direcção?
Vá mas é mais devagar,
Quando não o concorrente
Acaba por derrapar...*

*Responda, mas — por favor! —
Sem pressa demasiada:
Se é carro — eu sou bicicleta
De modesta pedalada...*

A 15 do mesmo mês de Março, Alberto Miranda, implacável, cheio de força, brio e verve, atacava de novo:

*Puxa! que eu nunca vi
Divagar com tanta lógica!
O Doutor é um bisturi
Em matéria biológica...
Disseca-me com jeitinho
E do mal faz um protesto...
Muito bem, obrigadinho,
E quanto ao mais? Quanto ao resto?*

*“Quem andou não tem p'ra andar”?...
Mas que grande rabulice...
Se eu andasse a pedalar,
É que seria chatice...*

*“Sol e água no nabal”
Nem um santo conseguia...
Mas rimar com tanto sal
Não é rima, é ironia...*

*Ora, pois, meu brincalhão,
Quem o fez cantar assim?
P'ra que encheu este jarrão
Dos aromas de Chacim?*

*Eu não sabia que a lira
O tornava assomadiço,
Nem sonhara flor tão gira
Na mansão do meu cortiço...*

*Ser o Mestre da cultura
E versado em medicina,
Faz lembrar um padre-cura
A pregar com estrichina...*

*Mas cautela com o pedal,
Ainda é cedo p'ra parar..
Por enquanto não vai mal..
Não me faça duvidar..*

Aqui, finalmente, achei melhor deitar a toalha ao chão.

Luísa Dacosta e Vila Real: A infância mitificada

Maria Hercília Agarez

*A evidência da vida não é a imediata realidade,
mas o que transcende e estremece na memória.
Vergílio Ferreira, Aparição*

Faz hoje oitenta e cinco anos e um mês. Nasceu numa casa da rua Cândido dos Reis, bem no casco histórico da cidade de Vila Real, onde tudo acontecia. Casa e rua foram os espaços das suas brincadeiras de criança, de menina-menino, que gostava de se escapular e, ao mesmo tempo, fazia bodinhas e brincava com bonecas, da “rapariguinha, selvagem, que subia às árvores e acreditava em fadas e mitos”.

Filha de uma professora do ensino primário e de um funcionário da Banco de Portugal, com o irmão e o primo Jorge como comparsas de desassossegos “intramuros”, teve uma infância desafogada e repleta de vivências que hão-de marcá-la para sempre e de que faz eco a sua obra onde encontramos registos emotivos e nítidos de toda uma realidade física e humana. Essa infância que tem sido, como escreveu Sophia Andersen, “uma reserva de criação inesgotável.”

Aos dezassete anos Luísa Saraiva Pinto dos Santos parte para Lisboa para aí fazer os estudos universitários. Acaba, então, a sua permanência na terra natal donde saía, anualmente, para ir passar um mês de praia na Póvoa de Varzim, como foi hábito, durante longas décadas, entre as famílias vila-realenses. Fora isso, os seus longes quedavam-se por Arrabães, aldeia de férias rurais, e por Mateus e pela Timpeira, locais aprazíveis para piqueniques de Páscoas primaveris.

Licenciada em Histórico-Filosóficas, curso interrompido por um casamento e por uma tuberculose tratada com a ajuda dos ares puros da Campeã (1948-1949), inicia, nesse retiro de “pretura faiscante”, onde “os verdes têm ondulações extáticas de algas”, a sua actividade literária. O repouso imposto pela doença, a *pax ruris*, e,



sobretudo, o apelo da palavra que a fascinou desde os tempos em que a sua mãe lhe contava histórias infantis e a sua tia Mercedes rezava orações cujo sentido lhe escapava, foram circunstâncias que se irmanaram para despertar numa Luísa ainda jovem o fascínio da escrita criativa.

O seu livro de estreia, *Província*, (1955) inspirado em personagens e situações a que a cidade natal serve de cenário, denota, a começar pelo título, uma forte ligação afectiva a raízes mergulhadas em terra agreste de clima, mas quente de humanidade. Escreve no prefácio (abra-se um parêntese para referir ser Luísa Dacosta a autora de todos os prefácios dos seus livros e serem eles tão cuidadosos como os seus corpos): “...vivendo aqui, a província era a minha única matéria de observação. Durante anos (inconscientemente) analisei-a, vi-a passar da minha janela baixa, quase ao nível da rua. [...] Quem está por detrás, pode escutar o coração da cidade, como através dum tabique.”

A abrangência da sua obra até hoje publicada e que ultrapassa três dezenas de títulos, desmistifica a ideia corrente de que a sua actividade literária se reduz à autoria de livros para a infância e a adolescência. De facto, a sua escrita abrange os campos da poesia, do ensaio, da crónica, do teatro, da diarística, da pedagogia, da filologia, da tradução, da ficção. Tem colaboração em jornais e revistas nacionais de cariz informativo e cultural.

Quando, em Fevereiro de 2010, a Universidade de Évora atribuiu a Luísa Dacosta o Prémio Vergílio Ferreira com o qual tinham sido anteriormente galardoados escritores, ensaístas e poetas como Mia Couto, Agustina Bessa-Luís, Eduardo Lourenço, Vasco Graça Moura e Mário Cláudio, entre outros, o júri premiou, por unanimidade, a vasta dimensão da sua obra. Entendeu, com esta escolha, chamar a atenção da crítica literária para as suas vertentes menos conhecidas como as crónicas e a autobiografia. José Alberto Machado, presidente, escreveu: “De alguma maneira, este prémio corrige uma relativa injustiça e chama a atenção para outras valiosas dimensões da obra da grande escritora”.

Se essas dimensões mergulham, para o público em geral, numa penumbra recatada, prende-se essa realidade com o perfil psicológico da escritora que, segundo Isabel Ferreira no Preâmbulo a *Luísa Dacosta no Sonho, a Liberdade*, se recusa a “enveredar pela vulgaridade e pelo mediático, conceitos tão entranhados na sociedade actual, cúmplices de uma gritante cegueira cultural, que, infelizmente, tanto valoriza e cultua a mediocridade.”

“*No princípio era o verbo* – pelo menos na minha infância, toda caldeada pelo encantamento da palavra.”

PALAVRAS

Tocam-me
como lábios,
como beijos.
Pássaros, sedentos de ramos
e de sombra,
pousam-me nos ombros.
A movimentos de asa,
desenham-me ainda um corpo
- secreta arquitectura de água,
rasgada no vento.

A Maresia e o Mar dos Sargaços

Não concebemos abordagem da obra literária de Luísa Dacosta sem enfoque no seu estilo inigualável a que se têm rendido, incondicionalmente, estudiosos e críticos literários entre os quais nomearemos Eduardo Prado Coelho, David Mourão-Ferreira, Maria Teresa Horta, António José Saraiva, Alzira Seixo, Paula Morão, entre outros. Como a própria afirma, a sua escrita “centra-se mais na palavra do que na efabulação” e é, pois, nessa perspectiva que as suas páginas devem ser apreciadas. Nelas entenderemos o sentido de afirmações da escritora como: “Gosto de desfolhar a palavra, pétala a pétala”; “as palavras têm raízes no coração e nos olhos, que coam a dor, o riso, a luminosidade do mundo”; “A palavra foi para mim uma segunda

placenta, aconchegante...”; “A palavra é, ao mesmo tempo, música, canto e solução – e o milagre mais próximo do bafo e do coração humano.”; “As palavras são como lâminas rasgando os muros brancos, calcinados.”; “Escrever é cerzir, tecer, diálogo entre o cérebro e a mão.”

Esse labor meio lúdico, meio profissional, à volta da palavra, da “beleza estranha das palavras”, esse retirar dos significantes todas as suas potencialidades semânticas, esse recurso constante à comparação expressiva, à personificação, esse caminhar lado a lado do substantivo com o adjetivo, num companheirismo cúmplice, esses efeitos conseguidos pelas palavras enquanto veículos de transmissão de emoções e de afectos, essa musicalidade e essa policromia, tudo isto deve merecer a atenção do leitor que busca no livro um prazer espiritual. Acrescente-se, ainda, a imagética de contornos impressionistas, com o seu “descritivismo pictórico”, expressão usada por Paula Morão, patente na fixação de espaços rurais e urbanos e a delicadeza e precisão do manuseio da palavra a lembrar o labor paciente de rendilheiras de bilros ou de artífices de filigrana.

Embora a autora tenha apenas publicado um volume daquilo a que em teoria da literatura se chama Poesia Integral – *A Maresia e o Mar de Sargaços* – (2002), a sua obra narrativa é marcada por uma poeticidade que é a sua imagem de marca, por uma arte ao serviço da palavra que Violante Florêncio resume, assim:

“A arte de Luísa Dacosta não cede a facilidades formais ou conceptuais. [...] Contra modas [...] antes se tem mantido fiel, ao longo de uma vida de escrita, ao exortar dos valores universais e intemporais, que tocam no nosso íntimo, como sejam os da amizade ou da rejeição, da beleza ou do sofrimento, da alegria ou da solidão, do sonho, da liberdade.”

E as palavras se tornam âncoras em momentos em que se sente prestes a naufragar. Vai buscá-las a uma infância sempre apetecida e redentora porque só elas possuem poder mágico e libertador. Elas, só elas, em momento de rejeição, a seduzem com a força sensual de um amor amadurecido. É disso que a escritora fala, cromaticamente, sensorialmente, no prefácio de *Corpo Recusado*:

“Restavam as palavras. Nelas ia morar. Só elas possuíam a imponderável agitação da asa ou o peso, esmagante, da pedra. Amalgamados, o frémido e a quietude, a brevidade e o eterno, que o tempo é lento a comer. Tinha-as amado tanto! Do fundo da alma de menina, que fora. Tilintavam, caíam sobre ela, como pingos de chuva, grossa, a espapaçarem-se em terra fofa. Eram girassóis de luz raiada. Soltas. Pássaros voantes? Tranças em liberdade? Deixavam-se partir em degrauzinhos, felizes – queri-didi-nha! – e podiam enrolar-se em ternuras diminutivas. Tão guardadoras de meiguices de qualquer nome! Bichos da conta, envergonhados e escondidos, fechados sobre si, lhe pareciam algumas. Outras longas, longas, a quererem amarrar o tempo, a duração tão breve, das coisas, de tudo, agora o sabia. Vermelhas, sumarentas, medronhos ou bocas maduras. E pisadas, roxas, com gavinhas de dor enroladas nas hastes, frágeis, das consoantes. Aquosas. Rasas de água. Coalhadas. Unicelulares. Com a dureza do granito: não! Ou a macieza das dunas: sim! Poliédricas de intenções, como olhares

de moscas. Mais frias que o frio e o próprio gelo. Quentes, romeirinhas de agasalho, em ombros transidos.

[...] Mágicas. Mágicas. Mágicas.”

Ficaria incompleta esta breve apreciação do estilo da escritora se não referíssemos aspectos menos focados como o recurso parcimonioso e elegante à ironia, ao humor, à coloquialidade e, até, a um certo erotismo recatado, pingos de frescura derramados com uma naturalidade e uma maturidade isentas de preconceitos.

Feitas estas breves notas prévias, biográfica e estética, falemos, pois, das ligações de Luísa Dacosta a Vila Real. Para tal privilegiaremos os dois volumes do Diário: *Na Água do Tempo* e *Um Olhar Naufragado*, cujo âmbito cronológico é, respectivamente, 1948-1998 e 1998-2005 e *Houve um Tempo Longe*, colectânea de textos sobre a cidade insertos em obras donde se destaca *O Planeta Desconhecido e Romance da que Fui Antes de Mim* (2000), narrativa de cariz autobiográfico, mas onde a autora recorre a uma 3ª pessoa gramatical a permitir-nos falar em *alter ego* e que, segundo o crítico Francisco Mangas, é “um livro perturbador sobre a condição da mulher, a velhice e a solidão.”

Sendo o tema da infância uma das principais recorrências da obra desta feiticeira da palavra, optámos por começar este estudo pelo último livro mencionado, de singular e fragmentária tessitura narrativa, de contagiante densidade dramática, por nele encontrarmos a expressão mais pungente de um sentimento de perdas irreversíveis. A autora faz-nos recuar, pela mão da cronista-mor do seu reino, a tia Mercedes, a um tempo e a um espaço de princípios de século, através do seu desfiar das contas de um rosário, então não de ave-marias, mas de acontecimentos familiares e históricos como a implantação da República, a Monarquia do Norte, a Traulitânia, e as inerentes convulsões sociais e perseguições políticas.

Como acontecia com as crianças que sabiam e tinham tempo para brincar, num tempo sem televisão a impingir-lhes as últimas criações da moda lúdica, a pequena Luísa vivia o Natal com uma intensidade gulosa e participativa e é ele, o natal da sua meninice, que vem arrancá-la aos receios fundados do agravamento de uma doença. Além das palavras, como vimos, a infância é terapia sempre à mão e a dispensar prescrição médica... Vejamos:

“Aquele seria, no entanto, uma consoada, triste e sozinha, que ia comer num tabuleiro. Não se tinha sentido bem, ultimamente, e talvez houvesse razões para aquele cansaço, tão profundo, mas em breve ia saber, pois tinha consulta marcada, em Oncologia, nos princípios de Janeiro. [...] Apetecia-lhe cada vez mais estar sozinha, agora que a infância ficava cada vez mais longe. A que distância! Naquele tempo, mesmo para as crianças, as tarefas pareciam não ter fim. Era preciso ir buscar musgo para o presépio, ir buscar o pinheiro, pendurar as bolas, os palhacinhos, o Pai Natal, os anjos, pintar o papel, pardo, para fazer a gruta, arranjar as palhinhas, manjedouras,

para o Menino. [...] Depois era aquela festa de não haver sopa e aquela noite, longa, cheia de jogos: o do rapa, do par e pernã, do ganso, do quino, do ferrum-fum-fum-ferrum-funfelho, quantas abelhas há no cortelho?”

Noutro passo do mesmo livro Luísa dá-nos o tom das quatro estações, não ao ritmo da Veneza vivaldiana, mas ao das suas emoções vila-realenses.

“Ah! A infância tão cheia de ritos, que acompanhavam as estações do ano: aquela festa, sem sopa, da noite de Consoada, a sopa sem hortalica do Domingo de Ramos, o vestido branco da Ressurreição!

Cores, cheiros e sabores tinham data certa. A maior parte do ano imperava o azul-marinho do uniforme do colégio, com saia plissada, ainda escurecido, no longo Inverno, pelo casacão com carrique à Sherlock Holmes, boinas e gorros de lã, por causa do frio e dos ares, nevados, que vinham do lado do Marão. Mas logo chegava o seu mês, com o perfume, viúvo, das violetas, o pincelado, amarelo ácido, das mimosas e havia um intervalo de cetins, tules, veludos, sedas, rendas e galões, toda uma festa de cores com a azáfama das fantasias de Carnaval e dos bailes da *mi-carême*.

Mas chegava a Março, ‘marçagão/ de manhã cara de cão / à tarde cara de rainha / à noite, corta como foicinha’, e começavam a espontar lírios, a chuva branca das pascoinhas e as calcinhas-de-cuco, amarelas. Em Abril os enxames roxos e brancos dos lilases do quintal perfumavam.

Com o esplendor das peónias, novos rubros, brancos, de um rosa-alilado, como de seda natural, um cheiro a maresia começava a atravessar o Marão. Faziam-se os preparativos para ir para a Póvoa de Varzim.

[...] No regresso da praia, as despedidas-de-verão enxameavam o quintal e mesmo o jardim público da Carreira. E nas tardes outonais começavam os cheiros das ‘compotas de pêra, pêssego e por último da marmelada, com a festa dos rebuçados de açúcar, a tilintar nas tigelas com água, com que ela e os primos os esperavam, ansiosos.

Onde estava tudo aquilo? Aquela felicidade da menina que fora e ansiara por todo aquele ritual, que se repetia, imutável, e trancara tudo tão delicadamente, como se soubesse, por antecipação, que tudo seria perdido.



Os amigos tinham começado a desaparecer e não era mais possível substituí-los. Valeria a pena contar a alguém aquela infância livre, sem infantário, com o prazer das águas do rio e das rãs, os piqueniques no campo, o baptizado das bonecas e enterros de passarinhos, com gripes que duravam oito dias, em calda de histórias, papas de linhaça, pinceladas de azul de mitilene? Era como ser de outro século.”

Dadas as suas características de registos situados num tempo e num espaço quase sempre assinalados (o espaço é-o sempre), os diários são uma modalidade da literatura intimista ao serviço da autobiografia em que a obra da escritora é fértil, assumindo a narradora, forçosamente, a sua identidade, já que na ficção se refugia numa alteridade facilmente detectável. Não se tratando de uma prática discursiva sistemática e regular, antes fragmentária, os lapsos temporais justificam-se, como em outros diaristas como Miguel Torga, pelo facto de se não sentirem os autores vinculados a um compromisso decorrente da etimologia da palavra diário.

Atendendo ao seu exigível critério cronológico, a escrita diarística permite ao leitor saber onde se encontrava o sujeito da enunciação nas diversas entradas desses registos. Assim, e começando pelo primeiro volume do diário, vamos encontrar Luísa instalada, provisoriamente, em 1948 e 1949, e por razões de saúde, na aldeia da Campeã onde campeava “a pretura húmida dos telhados” e onde, apesar do desconforto da casa, lhe sabe bem o bafo de uma natureza primitiva, o “cheiro gostoso a terra molhada”, onde se compraz a ver “o espreguiçar estremunhado da terra” e a ouvir “o chiar dos carros de bois” “como um choro rabujento de crianças a quem tivessem tirado da cama demasiado cedo.”

Sobre a terra de um xisto hoje expulso por fazer lembrar uma pobreza habitacional de má memória em tempos de moradias estereotipadas, escreve a diarista, deixando já transparecer, além das suas capacidades narrativas eivadas de sugestões poéticas, a consciência aguda das condições de vida em meios desfavorecidos que virá a agudizar-se com a situação das mulheres de A-Ver-o-Mar que “murcham aos trinta anos”:

“A aldeia parece abandonada. Nas estrumeiras chafurdam porcos. Um grupo de crianças imundas, de fralda arregaçada, patinha num rego: pernas arqueadas com o peso das barrigas inchadas a pão e caldo. Os homens estão nos lameiros, presos ao jugo da terra. As suas vozes sobem vindas do vale, juntamente com as cantigas das mulheres – confiança de S. Miguel farto, que lhes fez pedir dinheiro a 10% e cingir os rins numa magreza de fome.

[...] Às janelas, em bacios e potes ferrugentos, o manjerico, verde e cheiroso, que as raparigas ostentam nas estrigadas – companheiro efêmero duma beleza efêmera, apagada pelo casamento e pelos filhos.”

Até 1955, são registadas estadias passageiras, cada vez mais breves, e cujos temas são as habituais recordações de infância. Em entrada de Fevereiro de 1953, Luísa Dacosta começa a retratar a sua rua tal como ela se encontra nessa data, com os seus

residentes e passantes, com a animação colorida” das manhãs dos dias de mercado, a contrastar com a modorra “quase aldeã” do fim da tarde. E acaba assim:

“Não há mais nada no Inverno.

Mais nada senão eu por detrás dos vidros, a rua deserta, os pobres, e aquela entrecortada procissão de velhotas (vindas não se sabe donde) envoltas em capinhas pretas de peluche – um peluche barbeado e transido.”

A um lapso de três anos, seguem-se duas curtas visitas, em 1958 e 1959. É de Maio deste ano um registo em que a observação da casa onde pontifica a D. Dores com as suas três filhas solteiras a debruçarem-se, roídas de curiosidade, do terceiro andar (e a fazerem lembrar as “Naturezas Mortas” do conto homónimo), se esbate perante o chamamento de outro espaço habitacional:

“Mas não é o que vejo, a tudo isso sobrepõe-se um prédio baixo, arruinado, onde moravam o sapateiro que tinha numa gaiola um pássaro, a Rita Peixeira e as prostitutas, de porta aberta. Era alegre, barulhento, havia discussões e insultos.”

Logo a seguir, um intervalo mais longo, até 1968, ano dramático no percurso vivencial da escritora transmontana. A viver, há anos, à beira mar, seduzida pelo fascínio do marulhar das ondas e da faina pesqueira, é na casa paterna que busca refúgio para uma rejeição inspiradora de *Um Corpo Recusado*. Vai rodear-se da ausência da vovó Ana feita presente através do retrato da parede, dessa avó que ressuscitou nela, de quem herdou as jóias e a fisionomia, desse mito fulcral da sua infância. Escreve, a esse propósito, em Março: “A avó fora sempre um sonho com que brincara todos os dias”.

Em fins do mesmo mês, outra reminiscência infantil - as 31 Avé-Marias: “O meu irmão e eu cabeceávamos à braseira, mas eu esforçava-me por me manter atenta àquela beleza estranha das palavras...”

Durante essa estadia dolorosa, soube-lhe bem o calor modestamente humano da Rita peixeira de trágico destino, daquela mesma que apregoava, anos antes, as sardinhas de Ovar e que fora visitá-la. Essa visita bem-vinda suscitou-lhe uma marcha atrás no tempo para recordar o sapateiro Bessa a abrir a marcha do Carolina com esta ingenuidade: “Senhor Francisco Bandarra / fita verde no chapéu / Ó tirum, tirum, tirum, / Ó tirum, Bandarra!” E desabafa: “Ah! o tempo, malvado, que fugia com pernas de rapaz novo! Quem o apanhasse! E pudesse voltar àquele, em que os mortos riam e viviam, sem tragédia nem loucura.”

Em 1973 a sua viagem a Vila Real é-o apenas em espírito. Em entrada de Matosinhos, a propósito da venda da casa da rua Cândido dos Reis – “a velha casa abandonada e à venda, passa como um navio impossível, com as suas salas, quartos, corredores e varandas, na janela” – e da morte do pai, evoca os tempos de criança com as rezas mecânicas, em Português e em Latim, e os fantasmas de uma educação religiosa que nela não pegou de estaca.

“Hoje caem sobre mim estas lembranças com a leveza e o encantamento com que a neve cai sobre as paisagens dos pisa-papéis antigos – estranho a religião em que fui educada, embora reconheça que foi ela que me fez ficar sempre ao lado do milagre, que me pareceu sempre mais natural e menos insólito do que a realidade.”

Entramos, agora, no segundo volume do Diário para continuarmos a seguir o roteiro afectivo traçado sedutoramente pela narradora. No prefácio, escrito em 2006, lê-se:

“Lembranças de tudo o que fora riso, alegria e esperança, desfeito em poeiras e dores inomináveis, que não passavam. [...] Primeiro foram as da casa, onde crescera e a que as filhas ainda tinham conhecido, com o seu pátio lajeado de granito, os seus tectos de caixotão e o jardim com as duas japoneiras, uma rosada, outra de camélias brancas, sem mácula, e rajadas de vermelho-sangue, o perfume dos lilases e das rosas, cingido pelo muro, cheio de musgo e arroz-de-raposa para as bodinhas das bonecas. Um muro a que o Marão fazia, longe, um horizonte amplo, mar de pedra, azul-violeta.”

Embora este volume se inicie com textos de 1990, temos de chegar a 1998 para termos outra evocação não presencial. De passeio pelo nordeste transmontano, e de passagem pelo berço, Luísa Dacosta recusa-se a entrar na cidade, negando-se ao apelo das raízes. Parece querer cortar com elas, mas vê-se que o não consegue. Porque, por detrás da mulher de mais de setenta anos, desencantada com as marcas do progresso tecnológico a esconderem-lhe espaços idos, estão de vigia a criança e a adolescente para quem o passado cronológico se transforma, por artes mágicas, em presença psicológica.

“Neste passeio a Cão estranhou que, nem à ida nem à vinda, eu quisesse entrar em Vila Real. O certo é que não tinha coragem para vê-la desfigurada. No antigamente e na infância, quando íamos passar as férias a Arrabães, um dos passeios, depois do jantar, era até á curva da estrada, donde se avistava a cidade. Nessa altura, a única coisa que a desfeava era a caserna de granito do seminário. Agora, toda a envolvimento a descaracterizava e tornava irreconhecível. Nem o monte da Forca tinha sido poupado! Recusei-me a entrar na terra onde nasci.”

É curioso verificar o efeito operado na mente da autora de *Morrer a Ocidente* por estas últimas palavras escritas – a terra onde nasci. Gosta delas. E com elas enceta uma rememoração salpicada de notações espaço-temporais, humanas, históricas e literárias.

“A terra onde nasci... é uma terra orgulhosa, capital de província, escondida atrás da muralha da serra, e que avisa, por pregão: ‘Pra cá do Marão, mandam os que cá estão. E pra lá do Marão, mandam os que daqui vão.’”

E os pergaminhos saem da pena orgulhosa da escritora como trunfos de manga. E à nossa vista desfilam, com justificado garbo, o rei D. Dinis, o navegador Diogo Cão, o bravo Carvalho Araújo a fazer peito aos alemães, os Marqueses de Vila Real,

apeados das suas janelas manuelinas. Mais sorumbático nos surge o desafortunado Camilo, proscrito da sua Sarmardã, com busto no jardim público e com nome de liceu. De Vilalva desce, vaporosa e ingénua, a Purinha, cortejada, em ambiente idílico, pelo Nobre, esse António sempre *Só*. A memória é a mãe das musas”, escreve Teolinda Gersão em *Cidade de Ulisses*, fazendo-se eco de palavras homónimas de Voltaire.... Nada mais a propósito:

“Como lembrava a cidade, tantos anos passados? Maneirinha, como a sêpia da fotografia que tinha na sala, datada de 1927, ano do seu nascimento, e onde se via, meio escondida pelas árvores, a casa da R. Cândido dos Reis, que a tinha visto crescer, frente às torres da igreja de S. Pedro. Fora lá baptizada. Lá se queimava, no adro, o Judas de palha, naquele tempo em que a igreja, enganada nas contas, ressuscitava Cristo um dia antes, no Sábado que amanhecia, festivo, com repique de sinos e foguetes de aleluias. A cidade era para mim uma rede de referências afectivas, que as minhas pernas, novas e andadeiras, percorriam com facilidade.”

Setembro de 1998

Em Maio de 2001 retoma a expressão do seu desencanto:

“Acordei cedo e ao chegar à janela mergulhei na infância. Uma infância envolvida por uma névoa de sonho, com rasgões de azul que escondia e revelava as margens penhascosas do Corgo. Abruptas, ainda selvagens, com quedas de água, brancas e espumosas, contidas entre fragas aguçadas a que o musgo, os líquenes e a floração dos salgueiros adoçavam as arestas. Felizmente, a descaracterizada cidade, com as ruas por onde tinha andado e vivido, ficava atrás dos onze andares do hotel. E assim podia seguir o asselvajado das margens, onde não conseguia já distinguir o jardim de buxo, com rosas e peónias do Sr. Padre Filipe, mas distinguia a cascata da Peneda. E continuava a olhar até à Vila Velha, aos ciprestes do cemitério, cuja curva fechava o caminho da Ínsua. E onde tinham ficado para sempre aqueles faraós de múltiplas mulheres, que tinham sido o bisavô e o avô e onde também repousava o pai entre as queridas vovós.”

Vila Real, Maio de 2001

Do que fica exposto se pode verificar o seguinte: em relação às ligações afectivas que ligam Luísa Dacosta a Vila Real, há a registar dois conjuntos de textos diarísticos: os que resultam de observações presenciais e/ou de evocações saudosas (de 1948 a 1973, data da venda da casa) e os que dizem respeito a visitas fugidias a uma cidade que, de ano para ano, se vai desfigurando e perdendo a identidade, tornando-se, para a escritora, uma espécie de “paraíso perdido” onde, do passado, só encontra sombras e ausências.

“Agora que todos estavam mortos e a casa onde vivera, com seus tectos de caixotão e o pátio lajeado, tinha sido vendida há muito, a cidade tinha-se apequenado ainda

mais na sua lembrança. Recordava-a sem progresso, sem os horrores da modernidade, anárquica e desenraizada, do tamanho da fotografia, sépia, da parede, onde podia olhar o começo do cruzamento com a rua Direita, ainda num empedrado tosco, grupos de homens a falar, um deles de capote alentejano, apanhados num quotidiano, já morto e passado, e em frente á casa da Letícia, uma mulher, de costas, de saia pelo tornozelo e xale. Antiga. Antiga. Um nó de ternura, pertozinho ao coração.

Não voltaria a revê-la. Nunca mais. Não se deve regressar aos lugares onde a infância se mitifica.”

Setembro de 1998

Com este texto, rematado com uma frase assertiva a assumir estatuto de conselho, justifica Luísa um lapso temporal de 30 anos nos registos do seu Diário. De notar, no entanto, que datam desse período publicações da autora destinadas ao público de palmo e meio em cujos prefácios recorda episódios da sua infância como as brincadeiras (a macaca, os escondarelos, os quatro cantinhos, as danças de roda), os robertos, as histórias ouvidas e por ela aumentadas e recriadas, a sua família, etc. Citem-se *Vovó Ana, Bisavó Filomena e Eu* (1969); *Teatrinho de Romão* (1977; *Lá Vai Uma... Lá Vão Duas...* (1993, prémio Gulbenkian de melhor texto para crianças no biénio 1992-1993) e *Robertices* (1995). Donde ser incorrecto associar uma ausência física a um abandono espiritual.

Em 2004, Luísa Dacosta escreve um texto propositadamente para servir de epílogo à colectânea *Houve um Tempo Longe - Vila Real de Trás-os-Montes na obra de Luísa Dacosta* editada em 2005 pela ASA, com o apoio da Direcção Regional da Cultura do Norte, e nesse ano apresentada em Vila Real. Trata-se, pois, de um inédito que a autora titula de “Os lugares e o Tempo”. Nele faz uma circunstanciada retrospectiva onde passa em revista figuras e factos da cidade e arredores rurais, com as suas alcunhas (o “pape-la-massa”, o “chega-me isso”, o “cigarro forte”, o “arrobas”, o “Bertêlo”), as suas festas em que o profano se sobrepunha ao religioso, os seus heróis, o fantasma da pneumónica, o jardim da Carreira, as mulheres de Lamas de Ôlo, a rocambolesca procissão da Santa Ana, na Campeã, enfim, grande parte dos traços identitários da cidade do Corgo e arredores.

Da aldeia, onde bebeu ares prescritos à tuberculose, relembra o vale verde coberto de “campinhos de milho que os castanheiros aconchegavam”, “aquelas casas de outrora, de telhados de xisto, a brilhar como escamas de peixe” e anota:

“Aquele vale também já não era o mesmo, como já não devia ser a mesma a festa, anual, e pagã, da senhora S.ta Ana, cuja procissão abria com o rei dos pássaros aos tiros e fechava com os amortalhados, em caixão aberto, a d. Felisbela, catequista, vestida de branco e grinalda, virginal, apesar dos seus setenta anos e de encarregada dos clisteres do senhor abade!”

Na cidade, vai, em vão, à procura de um tempo e de um espaço escondidos nas

fundações dos prédios de uma modernidade alheia a directrizes urbanísticas. Por isso terá de contentar-se com o seu arquivo vivo de memória onde tudo se encontra devidamente catalogado:

“Houve um tempo, longe. Houve um tempo, em que uma montanha azul, de um azul amassado com violetas, fechava o horizonte do quintal, mesmo quando empoleirada na japoneira – seu mastro de aventuras – sonhava entre o perfume das rosas e dos lilases. Longe, na infância...

[...] Voltara, afinal, para quê? Tudo tinha mudado. A cidadezinha também já não era a mesma. As casas já não tinham as portas, sempre abertas, para se responder a quem chamasse ou batesse as palmas, nas escadas: ‘Entre quem é’ Tinha crescido desordenadamente, em novos bairros, falsamente moderna, com templos do consumismo, arranha-céus, novos hotéis, o seu centro histórico desfigurado! Perdida a casa e o quintal. Perdido o mastro da japoneira.

[...] O que restava?

Ainda e sempre, talvez, aquela rua de Margarida Chaves, que no seu tempo era a única com nome de mulher, por onde ia espreitar a montra do Bazar dos Três Vinténs, depois de ter palrado com o papagaio das Rainhas lateiras.

[...] Fora. Tinha sido. Agora, tudo se resumia a um nó de angústia, a um grito sufocado e uma antecipação de morte.”

Um Olhar Naufragado

Em entrada de 27 de Abril, de Matosinhos, toma nota das suas impressões de véspera na já referida apresentação da Antologia: “Regressei de Vila Real. Apesar da ausência da Universidade que, na verdade, em Letras, não ‘existe’, da apresentação da Asa, que não houve, para além do José António, sempre caloroso e sério, da encenação do meu texto, valeu-me o calor humano.”

Como professora que foi, marcou ausências e presenças, destacando, entre as últimas, o chefe Artur, chofer da ambulância dos Bombeiros da Cruz Verde quando o seu pai era comandante da corporação – que lhe ia metendo as costelas dentro, com um abraço – e de um neto do dono da Livraria Branco, portador de uma medalha comemorativa do 150º aniversário do estabelecimento comercial onde tinha comprado os seus sempre admirados Camilo Pessanha e Cecília Meireles.

Além do Diário, a infância vai inspirar a Luísa Dacosta livros infantis e ficção para adultos atrás referidos. A apreciação conjunta desta parte da sua obra permite apontar recorrências respeitantes a personagens e a espaços. Se, quanto às primeiras, devam destacar-se a avó Ana e a tia Mercedes, quanto às segundas é notória a prevalência do Jardim da Carreira, da rua Cândido dos Reis e do Mercado. Os robertos, esses, são um misto de gentes (actores e espectadores) e de espaços, a depender, estes, das condições atmosféricas, como veremos.

Atrás da vidraça e nas ruas centrais, na avenida ou no jardim da Carreira, indo

ou vindo do colégio ou da escola oficial, a criança testemunha, com uma atenção fotográfica, o pulsar quotidiano da cidadezinha que há-de evocar, inúmeras vezes, em momentos mais desencantados de uma vida adulta não imune a doenças e a desgostos familiares. A infância, com a sua magia, os seus ritos e mitos, os seus sonhos, os seus aromas e sabores, os seus laços afectivos, as suas brincadeiras, surge, então, como antídoto.

Da sua primeira idade Luísa guarda, como jóias em cofre seguro, imagens e falares de gentes, espaços físicos predominantemente urbanos, comerciais e outros, festividades religiosas e pagãs, costumes e tradições.

“Apetecia-lhe cada vez mais estar sozinha, agora que a infância ficava cada vez mais longe. A que distância! Naquele tempo, mesmo para as crianças, as tarefas pareciam não ter fim. Era preciso ir apanhar musgo para o presépio, ir buscar o pinheiro, pendurar as bolas, os palhacinhos, o Pai Natal, os anjos, pintar o papel, pardo, para fazer a gruta, arranjar as palhinhas, manjedouras, para o Menino, descascar tangerinas, para se disporem, gominho a gominho, sobre folhas de camélia, ir levando travessas para o aparador ou fazer pequenos recados, cheios de compensações: uma rabanada acabada de fritar, com açúcar e canela, uma orelha-de-abade, uma flor-do-Egipto, rapar o tacho do creme ou o recheio dos pastéis de hóstia, escrever a canela as BOAS-FESTAS, nas travessas de aletria.”

O planeta desconhecido e Romance da que fui antes de mim

No prefácio de *Província* (1955), Luísa Dacosta apresenta, em retrospectiva, quadros da cidade-cenário das suas histórias:

“Lá se encontram ainda daquelas lojas que vendem, numa mistura de bric-à-brac, relógios, sabonetes, atacadores de sapatos, tabaco, óculos, gaitas-de-beiços, valores selados, lápis, borrachas, postais ilustrados e papel higiénico. Os donos são dois velhotes que se desfazem de toda aquela mercadoria, desconfiados, como se tudo aquilo fosse um recheio precioso, com alma, que o dinheiro não pagasse.”

“Na Primavera, os namorados saem (vivos, como coelhos) do longo sono hibernar. Vindos do jardim público, também eles passam debaixo da minha janela. O par de adolescentes (um galispo jovem, e uma gatinha angorá que o casaco tornava mais roliça) era da minha particular afeição. Todos os dias, a hora certa, quando ela saía do colégio, me punha a esperá-los.”

Além de nos apoiarmos neste conjunto de três contos inspirados em personagens e situações vila-realenses, (parece-nos estar a ver as “naturezas mortas”, no seu posto de observação controladora, secas de carnes e de sorrisos, e a ouvir o senhor Coutinho, no registo civil, a perguntar mecanicamente a professoras se sabiam ler e escrever),

voltaremos às páginas do Diário para, com concentração de espectadores em frente a documentário vivo e circunstanciado, recuarmos a “Um Tempo Longe” em que as “pernas andadeiras” de Luísa a levavam cidade fora, sem maleitas nem cansaços.

Começemos pela rua, pelas ruas. É ela (são elas) matéria do prefácio de *Província*. Nele se fala do seu dia-a-dia feito de transeuntes e de residentes, de gente identificada e de anónimos, de mais conhecidos do que desconhecidos. Da pacatez de dias “mortos” ao bulício de terças e sextas-feiras, então como hoje dias de mercado. Passamos a ler excerto desse texto palpitante de vida e de emoção, desse painel de um antigamente vila-realense em que só se revêem os menos jovens, aqueles que, como nós, são “do tempo em que havia tempo para ter tempo”, em que cada rosto era um amigo ou, pelo menos, um conhecido, de um espaço onde cada espaço tinha tempo para se manter no seu espaço.

Estamos na rua Cândido dos Reis, na rampa de S. Pedro, a dois passos do banco de Portugal onde trabalhava o pai de Luísa, do Colégio Moderno de S. José donde a mãe a transferiu para uma escola pública face à impreparação que a garota revelava, da igreja de S. Pedro onde fora baptizada e em cujo adro se queimava um Judas de palha. Ali, perto da loja do Vieira Bicho, onde ia comprar dois tostões de paciências, do sapateiro Francisco Bandarra, mais conhecido por Bessa sapateiro (“solene, na marcha do carnaval”) do alfaiate Alfredo Kaguir (“entusiasta dos bailes da Carolina”), do Teatro do Circo (onde pela primeira vez tinha visto cinema), do droguista circunspecto e salamalequento que tratava os clientes por V. Ex^a, das Rainhas latoeiras que tinham um papagaio, da casa parecida com gaiola de grilo onde vivia um juiz com suas filhas solteiras, inspiradoras do conto “Naturezas Mortas”.

“A rua é larga. E abre-se, em cruz, em frente da janela. Na esquina ao fundo está armada uma tenda, onde se vendem lenços tabaqueiros, alfinetes, travessas, terços e santos já emoldurados. A tenda e a fila rixenta dos engraxadores quase tapam a entrada da drogaria. [...] Mais acima é o baixo do sapateiro que tem numa gaiola um pássaro (canário, melro, rola?). A lojeca está forrada de papéis de jornal e numa das paredes existe uma estampa representando, com certeza, equipa de futebol, ou vampe loira de calendário. Enfim, uma rua perfeitamente provinciana, ora barulhenta, ora cortada de longas pausas, sacudida pelo pregão forte da Rita peixeira que vende ‘sardinha de Ovar’ nos intervalos de uma loucura, amansada, de tempos a tempos, pela virtude dos espíritos de Braga. Ao fim da tarde, porém, é quase aldeã. Ouve-se a tagarelice venenosa da guarda das retretes públicas, e o arrastar (cúmplice) do banquinho que ela aproxima, numa intimidade de segredo, dos ouvintes ocasionais. O polícia fica escurecido pelo crepúsculo. E é por essa hora que chega o moleiro, mais o seu cavalo polvilhado. Vem trazer o grão moído às minhas vizinhas (a quem devo um cheiro tostado a pão quente), que me entra, às vezes, pelo vidro partido). Antes de as luzes se acenderem passa o boieiro de lanterna, e um rebanho com o pastor.”

Província

Da rua Dr. Roque da Silveira, também para a escritora Rua Direita, recorda ela um tempo de estudante que encaminhava os seus passos ligeiros para a livraria Branco “onde comprava cadernos e livros e o papel de ‘ferro’ para os encapar ou o de ‘costaneira’, para a gruta do presépio, depois debruada de musgo, fresco, do quintal.” E a Feira de S. Pedro: “Era muito afeiçoada dos namorados, que punham na lapela pindurezas, pequeninas de púcaros, presos a rosas de fitas coloridas”. E o S. Brás, festa primeira do ano, “cheia de rebuçados, que imitavam o báculo do santo, não sei por que artes, patrono de amor e beijos.”

Em Abril de 1950, numa longa entrada, Luísa regista a azáfama do mercado a quebrar o marasmo habitual. Dele falaremos oportunamente, realçando desde já o fascínio que sobre ela sempre exerceu a gente do povo na sua espontaneidade e autenticidade, na garridice do seu linguajar e das suas roupas, no seu sentido de negócio precário, na aceitação risonha da dureza da vida.

E vemos diante de nós as hortaliças viçosas e vistosas, e as frutas sem químicos, e os ovos borrados, e os frangos, e os comestíveis aviados de lume (queijos, doce da Teixeira, castanhas piladas, tremoços), e a louça de Bisalhães cuja impermeabilidade era testada com os nós dos dedos. E ouvimos perguntas de compradoras e respostas de vendedoras, num regateio ao desafio até ao tostão.

O Jardim da Carreira

Tipo de jardim romântico, construído em 1815, foi, ao longo dos tempos, palco de diversas actividades recreativas e culturais: concertos de bandas, verbenas, feiras temáticas, etc. Espaço vocacionado para o lazer e para o passeio, apetrechado com parque infantil para a miudagem e de bancos para as lâmpadas fundidas (assim se chamava, em tempos não muito remotos, aos reformados que aí gastavam um tempo alheio aos ponteiros do relógio), conheceu momentos áureos e de abandono. A última intervenção a que foi sujeito no sentido de o restituir aos vila-realenses em toda a sua pujança e mais bem apetrechado, teve lugar no ano de 2003. Leia-se a inscrição existente no lugar: “Retiro próprio para vosso aprazimento, saúde e repouso, o qual pelo seu tamanho também proporcionará aos doentes uma distracção salutar. O terreno foi nivelado em toda a extensão e o chão tornado plano. Mandaram-se vir do Gerês árvores desconhecidas com as quais é mantida uma temperatura amena. Com muito custo se conseguiu uma fonte de água pura, sadia e perene: e o dinheiro que se gastou foi oferecido pelos habitantes mais generosos do burgo.”

São inúmeras as referências ao jardim público, como é também designado o Jardim da Carreira. Serve ele de cenário natural a fotografias da menina fantasiada, *malgré elle*, pelo carnaval. Aí vai passear e brincar, sem perigos, com os amiguinhos, dele recorda cores e aromas de flores, sons de concertos, frequentadores habituais, desabafos do jardineiro:

“Voltei ao jardim, que começa a assemelhar-se a uma estampa velha e carcomida,

onde os crisântemos derramam o luar das suas faces pálidas. O jardineiro – por causa do vento? simplesmente do Outono? – começou a falar-me dos velhos tempos.

Ah! Os velhos tempos, quando havia música no coreto! – suspirava. Aqui há vinte e quatro anos, nunca vi o jardim tão abandonado!

Até os namorados preferiram, agora, a Avenida, rematou amargo.

Ah! Os velhos tempos – pensei eu. Sem Outono, sem estações, com um tempo, interminável, que se podia gastar à vontade.... Um tostão era uma fortuna, dava para comprar cinco rebuçados, de papel colorido e franjado, a uma velha, muito velha que ali os vendia. A banda tocava, marcial, cadenciando as digestões do funcionalismo, sentados nos bancos e fazia arfar o peito imponente das senhoras que podiam pagar as cadeiras que as ‘Florinhas’, no seu uniforme de asiladas, alugavam. Nós fazíamos serpentes coloridas que se enrodilhavam nos passantes, jogávamos à Condessa-Condessinha-Condessa-do-Aragão e pisávamos a relva dos canteiros, quando o jardineiro não estava a olhar... Ah! os velhos tempos!.”

Na Água do Tempo

“No Jardim da Carreira havia muita afluência. Dantes, nos dias feriados e aos domingos, a música do regimento tocava no coreto. O sargento, que regia, aumentava com a batuta o dramatismo dos gestos. Porém, desde há muito que o coreto estava deserto. As pessoas passeavam sem ritmo de cá para lá. Rentes ao muro, afastados, sem idade, os reformados estendiam, ao sol brando, o resto das suas vidas inúteis.”

Província

O Mercado

O mercado da cidade é, juntamente com o Jardim da Carreira, um espaço de eleição nas referências afectivas da infância da autora em questão. Destruído em 1941 pelo arrasador ciclone quando se situava no local hoje ocupado pelos Correios, na Avenida Carvalho Araújo, transitou para instalações onde viria a ser construída a Escola Comercial e Industrial (Escola Secundária de S. Pedro). O mercado bi-semanal e o corrupio barulhento, interior e exterior, que enchia de vida a pacatez sorumbática da urbe sonolenta, é uma recorrência espacial dos registos memorialistas, tanto diarísticos como ficcionais, de uma mulher desenraizada por força das circunstâncias, mas sempre disponível para, através da escrita, honrar um passado em que a vida lhe não fora madrastra.

“Um ventinho fresco, vindo das serras nevadas, agita as tendas dos queijeiros e doceiros, onde já mingua a pilha das roscas e do doce da Teixeira. Mas também há castanhas assadas, piladas e tremoços. Uma ou outra saqueta de amêndoas-molares, ao pé das rasas, que oferecem o amarelo, enxofre, do painço.

“As mulheres de Bisalhães, entre a negrura do seu barro, a que o amarelo vidrado da louça de Barcelos faz concorrência, chamam a freguesia:

– Venha feirar aqui! Venha feirar comigo, senhora!

As panelas, os potes de três pernas, as pichorras, seguem-se numa correnteza, maneirinhas e churras.

[...] Os fiscais conversam.

À porta, já na rua, a Rainha latoeira, entre lanternas e almotolias. Lá estão também o amolador-guarda-soleiro e os vendedores de foicinhas e cutelos. A adeleira expõe o conforto tentador das roupas, quase-novas, de corte citadino. Alguns param. O resto das gentes começa a ficar para trás. Mas ainda se ouve a voz da rapariguinha, que, junto às grades, perguntava solícita: - Quer flores? Quer flores? – e estendia o ramo florido de pessegueiro, bravo.”

Na Água do Tempo

“Só nos dias de mercado, às terças e sextas-feiras, esta realidade se altera. A rua acorda mais cedo. Aparecem aldeões autênticos (detrás da serra) nos seus fatos acatitados de domingo, passam cestos carregados de hortaliça amochada sob as chinelas do regresso, molhos de palha, cabazes cacarejantes de criação, burricos com cargas de lenha, ou calondros empinados, verdes, barrigudos, como sapos monstros de marcha milanesa. Tudo isto se entrecruza com as zeladoras do pão dos pobres que se escoam da missa das sete e com os primeiros feirantes, os madrugadores, que vão indo apalpar os preços.”

Província

“Nos dias de mercado, os arredores enxameavam a cidade com molhadas de hortaliça, palha, vides para as braseiras, calondros, ovos, galinhas e garnizés. Vinham de Lamas d’Ôlo, com burricos carregados de carvão, como a senhora Maria Dornelas, que me deixava montar o animal, Parada de Cunhos, Folhaddela e Abaças, onde ois habitantes tinham privilégio divino: ‘Matar só Deus e os de Abaças.’”

Na Água do Tempo

“Abril (1950)

“O dia está fusco, sem sol. Mas não chove e a praça está animada. Há fartura de verduras, frescas e orvalhadas, batata, cebola, ovos, galinhas, coelhos, medrosos, a roer erva tenra no fundo dos cestos, queijos da serra e fruta.

Logo à entrada, as regateiras, que têm a alface e o agrião verdinho, o mais raro na época, para um apetite doente, ou para bolsas mais afortunadas. Airosa, a Arlanza, mexe as suas opulências e o seu oiro e entre a fruta escolhida – o melhorio do mercado”.

A cidadezinha dorme. As ruas desertas parecem azinhagas, em pleno campo, que o som da água a correr na fonte sublinha. Os cogumelos fuscos, das chaminés, apagadas, brotam dos telhados, nas tintas da antemanhã. No talho, começam a

desmanchar a carne. Ouvem-se as pancadas do cutelo, em cima do cepo. Regressam da missa das 6, as zeladoras do pão dos pobres. E haveria uma pausa, no ritmo da rua, se não fosse manhã de mercado. Passam os primeiros cestos. Um. Outro. E outro. O verde das hortaliças não é ainda tenro, mas fofo e musgoso de sombra. A mancha cinza-enfarinhada do moleiro avança, cresce ao som das campainhas das mulas. Os bois arrastam-se pachorrentos com as molhelhas sobre os olhos, como os chapéus das damas de 1920. Burricos. Molhos de palha, de lenha, de chamiça. ‘Então vossemecê acha que merque a *blúsia*?’ — e a resposta perde-se caminho acima. Passam os primeiros feirantes, os madrugadores. E o senhor José, meu vizinho, no seu fato de veludo castanho, vai indo para apalpar os preços.”

Na Água do Tempo

Os Robertos

O texto de que retirámos o excerto que se segue é o prefácio do livro para crianças *Robertices*, de que fazem parte os contos “A Carochinha” e “O Freguês Caloteiro”. Quem ainda se lembra destas manifestações ingênuas da arte dramática popular, com uma escassez de meios que lhes não retirava a magia, não pode negar o lugar que ocupa no seu imaginário infantil. Luísa Dacosta, em cujo pátio paterno se realizavam espectáculos em dias de chuva, dá-nos dos robertos um retrato vivo, impressionista, apelativo, denotando uma invejável segurança memorial.

“No tempo em que havia tempo para ter tempo e um dia sem escola podia ser uma eternidade, a festa eram os robertos. Debruçados do varandim de estopa da barraquinha faziam momices com as suas cabeças de pau, sem rosto, vestidos com balandrauzinhos de chita, que escondiam as mãos dos bonecreiros, que os agitavam, os desfaziam em vénias ou lhes socavam o pau das cabeças rijas! Tão depressa eram toureiros, barbeiros desesperados com fregueses de bolsos vazios, como princesas magalonas, cavaleiros, o próprio demo, o que fosse. As crianças não se atrapalhavam. Estavam afeitas a soltar a imaginação e a viverem com ela.”

“[...] Era com essa imaginação, desperta e treinada, que se assistia ao espectáculo dos robertos que, mesmo sem rosto, sem cabeleira, sem cenários, nos assustavam, nos faziam rir ou chorar!, num canto do mercado, ao abrigo de um pátio, se chovia, ao léu e ao sol, num recanto do jardim público.

Robertos! Chegaram os robertos!

E as crianças saíam de casa, como coelhos da toca, e sentavam-se à roda da barraquinha de estopa. No fim havia palmas e na bandeja cantava a chuva fusca das moedas pretas, misturadas à prata reluzente das brancas, que sobressaíam como escamas.

[...] Ai quanto os amava! E como desejava vê-los surgir, mesmo Já perdida a menina que fui, mesmo já sem o tostãozinho fechado na mão.”

Robertices

Gentes da infância de Luísa

É muito habitado o universo humano da infância dessa menina irrequieta, imaginativa e sempre ávida de obter respostas para os **porquês** suscitados nela por uma acutilante e insaciável curiosidade. Era ele povoado pela sua família mais directa (mãe, pai, irmão), pelas primas e primos, por tias e tios, avôs e avós e bisavôs e bisavós. Presente, a maior parte, dos ausentes falavam os retratos das paredes e a tia Mercedes, repositório vivo de todas as histórias romanescas recheadas de pormenores aliciantes.

Mas, do campo dos afectos de Luísa, também faziam parte amigos, vizinhos, conhecidos, gentes do quotidiano de uma cidadezinha então balizada, *grosso modo*, pela vila velha e pela meia-Laranja, não obstante a enganadora designação de Cabo da Vila, no fim da Rua Direita, o ai-Jesus do comércio local de então.

Familiares

A mãe

Fascinou a infância de Luísa com a palavra:

“A voz de minha mãe era uma voz popular que sabia sobretudo histórias tradicionais, tesouros do povo, espertezas, sabedoria vivida.” “Como era viva a voz de minha mãe, quando me encantava com o “Caldo de Pedra”, que cheirava que “até os anjos a comeriam! Ou com a história de algum espertalhote “sem eira nem beira, cujos haveres eram como os da “Pildraca”, que nada tinha. Todas as minhas doenças: - gripes, varicela, sarampo, sarampelo, - foram curadas com a palavra. Na infância [...] havia sempre um remédio, que nem precisava de receita: histórias. Como eu as amava! E como eram expressivas na boca dela, ainda muito próxima de um mundo rural não distante!

“Depois, nos contos da mãe tudo acabava em festa, em folia de casamento, quando a princesa aceitava a sabença do vilãozinho, como o melhor dos dotes.

“Havia também uma agenda da mãe com receitas de cozinha e algumas notas: ‘A minha pensão de sobrevivência aumentou 500\$00, portanto passo a receber 4.991\$00’, ‘Faço 75 anos! Fui almoçar com a Maria Luísa’ ‘Em 1976 fui pela última vez a Itália, com muitos desejos de voltar.”

O pai

“Fumava o velho cigarro de onça a que nunca sacudia a cinza e acabava sempre por cair-lhe”; “nunca se tinha resignado à sua mediocridade de funcionário público, de orçamento rente, e que tantas vezes tinha posto em risco para ir, de táxi, ao Porto ouvir o *Rigoletto*, os *Palhaços* ou a *Lúcia de Lamermoor*, muito da sua predilecção.

“Ah! Não voltavam aquelas manhãs, quando o pai a colhia do chão com o cavalo em andamento e a traçava, de lado, sobre a cela, enquanto lhe bichanava ao ouvido: ‘Uma menina é sempre uma menina.’”

O avô Luís Albino e a avó Diamantina

“Parecia um padre pregador saído das páginas de Aquilino.” “Feito à própria custa, indignava-se sempre que alguém defendia o governo. Nutria também um secreto desprezo por doutores e letrados, ‘bando de sabujos’...”

“A minha madrinha e avó Diamantina, que o aturou toda a vida, já muito perturbada e doente, não lhe suportava a presença e não o consentia no quarto. Ele também lhe não sentiu a morte. Era um homem instintivo, como indicava o malicioso piscar dos seus olhos azuis e fosforescentes de peixe, sob o enfarinhado das pestanas, que lhe franjavam a mobilidade rápida.”

O bisavô Lourenço e a bisavó Filomena

A sua história de amor, que encantou a infância de Luísa “como um conto de fadas”, fora contada a Luísa pela tia Mercedes como “um verdadeiro romance”. O retrato de ambos estava pendurado na parede como o da avó Ana e do avô António.

“O bisavô era muito mais velho. Andava ela na mestra e já ele fazia das suas. [...] Os amigos de estúrdia troçavam daquela afeição pela priminha, que ia levar e esperar à saída da escola. [...] Não houve remédio senão mandar vir as licenças de Roma, porque eram primos carnis.”

A avó Ana

Luísa não a conheceu, mas revê-se nela, sente-se nela ressuscitada, pelo que ouve contar. Conserva as suas jóias que usa, em ocasiões especiais, como talismãs. Delas se muniu, como diz, quando veio a Vila Real assistir à apresentação da antologia da sua obra: “Precavidamente tinha-me protegido com as jóias da vovó Ana...”

“Tudo que era lindo e requintado pertencera à avó: a chaveninha de porcelana pintada a ouro, por onde exigia os caldos, quando adoecia, os ganchos de tartaruga encastoados em prata, que usara nas tranças, o toucador precioso, onde gostava de se ver ao espelho, que lhe manchava o rosto e o transformava num retrato antigo. Seria da avó Ana aquele jeito de se mirar de perfil? Tinha a certeza, mesmo sem perguntar. Ninguém exercera sobre ela mais misterioso fascínio do que aquela avó desconhecida. Morreria antes de ela ter nascido.”; “Sim, tinha as mesmas sobrancelhas da avó, o mesmo cabelo preto, talvez o mesmo olhar. Tinha as mesmas mãos. Ficara a sabê-lo no fim da adolescência, quando a tia lhe dera as jóias dela, pelos anéis. Uma das suas brincadeiras predilectas fora vestir-se com os vestidos dela, a capa de veludo bordada a vidrilhos, as enéguas brancas, enfeitiçada por aqueles brilhos surdos de veludos, os dourados-mel, adamascados das sedas, os corpetes barbeados, os *soutaches*, as nervuras, os debruns, os plissados.

“Quando começara nela a ressurreição daquela avó? Cedo, muito cedo. Ainda na infância, já que a tia Mercedes sempre a olhara como se ela fosse uma ressurreição.

“– Tens a mesma voz e os mesmos olhos! – dizia constantemente. E era também o que afirmavam as visitas, quando a chamavam à sala para cumprimentar aquelas senhoras, solenes, de chapéu.

“– Como a avó Ana havia de gostar de a ter conhecido! Lembra-a tanto! Sabes, Luisinha? Tens o mesmo olhar, as mesmas sobrancelhas e o mesmo cabelo preto da tua avó Ana!”

O planeta desconhecido e Romance da que fui antes de mim

A tia Mercedes

Era filha da avó Ana e irmã do pai de Luísa, o seu benjamim. Foi das suas mãos que ela recebeu a aliança da avó. Era a “contadora oficial” das histórias da família de que não ocultava pormenores menos ortodoxos, função que acumulava com a de cumpridora santanária de devoções calendarizadas como as trinta e uma ave-marias de Março e o mês de Maria.

“Mas lá em casa não era só a mãe que me contava histórias. Havia a minha tia, devota de toda a corte celestial e com ela muito ‘assoldadada’.

“Agora sabia a razão da impaciência da tia Mercedes, quando a pressionava para lhe contar coisas sobre a vida a avó Ana. Estava-se em 1935 e a tia vivia a sua última paixão, por um médico, colega do primo Lourenço. Ausente, toda concentrada nesse amor e em Carlos Gardel, naquela época no auge do mito...

“Onde estavam aqueles lugares desconhecidos, mas certos: céu, inferno e purgatório, que a tia Mercedes descrevia, tão minuciosamente, como se lá tivesse estado? – pensava, olhando distraída pela janela. O céu sobrevoado de asas, ofuscante das resplendores da luz perpétua e cheio de cânticos dos bem-aventurados. O inferno e o purgatório com caldeirões de fogo e diabos, de rabo e forquilha, empurrando as almas pecadoras para as chamas.”

Se a avó Ana representa, para uma Luísa adulta, uma feminilidade requintada de que continua a fazer gala, a tia Mercedes estará sempre ligada a uma religiosidade beata, feita de fantasmas do pecado e da sua expiação.

Outras figuras identificadas O cabeleireiro Serafim Pimentel

Cabeleireiro de província

“Que apaziguantes as manhãs na salinha do cabeleireiro!

“Qualquer coisa de amodorrado e langoroso se desprendia das ondas do vaporizador, da água a correr, do ruído dos aparelhos eléctricos, das respostas preguiçosas saídas dos secadores. E depois havia aquele jogo de xadrez de regras imprevisíveis: o cruzar constante das duas batas brancas, do cabeleireiro e da mulher, com as duas, azuis, das empregadas. E que curiosos os rostos nos espelhos, sobretudo quando a espuma branca e perfumada os toucava de perucas do século XVIII. Ah! que reconfortante calma, que quase dormência! Era isso que ali se vinha procurar, uma beatitude sem possibilidades de ser alterada.”

O Vieira Bicho

(Abril de 1954)

“Vi o Vieira Bicho da minha infância. Envelhecido? Não. Igual? Igual também não. Antes mumificado. À porta da loja.

“Era ali que eu comprava os dois tostões de rebuçados, quando vinha da escola, pois ficava à entrada da rua.

“[...] a mim o que me interessava eram os amendoins, os confeitos e uns docinhos que pareciam moedas: as paciências, escondidas entre as torcidas fartas de ráfia, novelos de guita, velas de sebo, abanos, piaçaba.”

A Rita peixeira

“Não sei como, a Rita Peixeira soube da minha vinda e apresentou-se, de manhã para uma visitinha.

“– Ainda me beija! Ah! não me despreza por eu ter estado internada, doida varrida, meu anjo, minha menina!

“E caiu-me nos braços, a desfiar a vida, trágica, que eu ignorava: a morte da filha no Conde Ferreira, os netos no asilo, o desastre que lhe tinha levado um de oito anos, traçadinho pelo comboio, o desamparo em que a tinha deixado o mais velho, agora na bruteza da guerra, oxalá lhe voltasse escoreito!”

A Teresa e o Cenoura

“A Teresa, o ‘Cenoura’* e eu fomos ao jardim da Carreira. As macieiras bravas tinham florido. Estava um céu azul a que talvez tivessem puxado o lustro. A água do repuxo desfazia-se em gotas, frias, que pinchavam da borda da taça, esborrachando-se no chão. Havia peixes vermelhos, azuis e dourados. Um ventinho perfumado encapelava a superfície da taça, pondo em risco os barcos de papel.”

*A Teresa é a filha mais velha de Luísa, já falecida, e o “Cenoura” um boneco da sua predilecção.

Outras figuras

A Arlanza regateira (airosa, com as “suas opulências e o seu ouro”); a senhora Maria Dornelas, vendedora de carvão; as Rainhas Latoeiras e o seu papagaio; a D. Elisinha Sebeiro; o Bertelo; a Mata-o-Padre (“os loucos e os pobres”); o droguista “pendurado do seu bigode tingido” que “parece um farmacêutico de opereta”; a D. Dorcas e as três filhas solteiras; o sapateiro que tinha uma gaiola com um pássaro; o Antoninho do Pioledo, “de ademanos femininos e sempre empoadado”, O Francisco Bandarra, mais conhecido por Bessa, grande animador dos bailes do Carolina,

Figuras anónimas

As mulheres de Lamas de Ôlo (“com as suas capuchas de burel”) e as de Bisalhães que vinham vender ao mercado; os engraxadores; os tendeiros; as prostitutas de porta aberta e de janelas sem cortinas; os operários que trabalhavam na garagem; as colegas enraçadas; os Irmãos da Misericórdia (“sinistros como inquisidores”) e os seminaristas na Procissão do Enterro; as zeladoras do pão dos pobres, frequentadoras da missa das seis; os reformados (que, no Jardim da Carreira, “estendiam, ao sol brando, o resto das suas vidas inúteis”); os pares de namorados que trocavam o jardim pela avenida; a adeleira, a tentar camponesas com roupa citadina; os jardineiros do jardim da Carreira; o moleiro “com o seu cavalo polvilhado”; a guarda das retretes com a sua “tagarelice venenosa”; o idiota aleijado que se baba; a velhota das pantufas que vai ao mês de Maria; a rapariga pálida que vem da sopa dos pobres; os ciganos que vinham para a feira anual e ficavam até às primeiras chuvas; o boieiro com a sua lanterna; as autoridades civis e religiosas — “personagens fantoches”; as asiladas de uniforme “azul baço”; os “anjos domésticos” que enfeitam altares nas igrejas da paróquia; as “vendedeiras fuscas”, assadoras de castanhas.

Gostaria de terminar, insistindo na importância da obra de Luísa Dacosta para o conhecimento desta cidade escoltada pelo Marão e pelo Alvão, sempre vigilantes e protectores, nas décadas de 30 e 40. Da infância e da adolescência reteve na retina e na mente imagens de um quotidiano a que, mais tarde, dará uma expressão verbal plasticizante, “pintando quadros com letras, com sinais” no dizer de um Cesário Verde, como ela, impressionista da palavra.

Obrigada, Luísa, em meu nome, por me ter dado o privilégio, arriscado embora, de falar de si diante de si. Desculpe se defraudei as suas expectativas e as de quem em mim confiou esta tarefa. O que fiz foi por amizade por si e por amor à sua escrita da qual me não tenho cansado de falar, estando hoje convicta de o não ter feito em vão.

M. Hercília Agarez, 16 de Março de 2012

BIBLIOGRAFIA ACTIVA

DACOSTA, Luísa, *Houve Um Tempo Longe – Vila Real de Trás-os-Montes na Obra de Luísa Dacosta*, Edições ASA, 1.^a edição, Porto, Abril de 2005.

Idem, *Corpo Recusado*, Figueirinhas, Novembro de 1985.

Idem, *Na Água do Tempo [Diário]*, Edições ASA, 3.^a edição (1.^a edição na ASA), Abril de 2005.

Idem, *Um Olhar Naufragado [Diário II]*, Edições ASA, 1.^a edição, 2008.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

FERREIRA, Isabel A., *Luísa Dacosta “no sonho a liberdade...”*, Edição de autor, 1.^a edição, Fevereiro de 2006.

Luísa Dacosta entre Sílabas de Luz, [Pequena Fotobiografia] Edições Asa, 2002, Coordenação e recolha de textos de Laura Castro.

Douro: Pizzicato e Chula

ou O rio poético de A. M. Pires Cabral

Fernando de Castro Branco
FLUP

Escrevo este texto a um sol transparente de Janeiro, uma luz intacta chega das lonjuras do Planalto e nenhuma reentrância deixa ao domínio da obscuridade. Não sei por quê, (ou, melhor, sei) esta claridade traz-me ao pensamento, e ao olhar, os poemas de A. M. Pires Cabral, também eles límpidos, concisos, sóbrios e austeros, como este dia imaculado. Vendo bem, só uma diferença que se note. E não é ao olhar, mas à pele. Esta brisa de Janeiro pica-me o rosto com suas agulhas gélidas, já não assim os poemas do autor de *Têmporas da Cinza*, que nos tocam o espírito com seu afago delicado, com seu discreto fulgor, com sua humanidade sensível.

Este intróito lírico e intimista, quiçá desnecessário, para dizer que reside no Nordeste Transmontano, *algures*, um dos mais notáveis poetas portugueses contemporâneos. É uma voz singular, que sobressai nítida na sua originalidade e na sua pessoalidade, inscrita em alto-relevo num pano de fundo paisagístico e magmático de rios, montanhas e fragas, o que lhe confere a inflexível ossatura, a intransferível identidade que ostenta. A sua palavra é serena mas firme, depurada mas sofisticada, telúrica mas subtil, sóbria mas elegante, contida mas intrinsecamente emotiva, leve mas culta, vitalista mas reflexiva. Claridade, harmonia e equilíbrio de matriz indubitavelmente clássicos suportam cada poema, que se espraia suave e elegantemente na página, cuja brancura também vai bem com a luminosidade da sua linguagem. Os *rios* que desaguam nesta poesia só poderão ser os dos clássicos portugueses e universais - clássicos de todos os tempos no sentido de que toda a obra superior é clássica ou integrando em si uma essencialidade clássica, como explicava o sempre actual e sempre

démodé José Régio na sua doutrinação estética, na *Presença*. Assim, nesta meticulosa nitidez de *dizer*, repercutem ecos dos mestres fundadores e renovadores da língua: dos trovadores medievais a Camões, “vão as serenais águas deste rio”¹, do Padre António Vieira a Camilo Castelo Branco, de Almeida Garrett a Eça de Queiroz, de Cesário Verde ao Fernando Pessoa mais próximo de si mesmo. Dos seus versos emana uma luz intensa, mas à medida da retina humana, uma cintilância que envolve sem ofuscar, uma rigorosa consciência do lugar da palavra e do silêncio: “porque há lugares tão feitos / para a malha do silêncio, / que uma simples sílaba / apenas murmurada – embaraça”². A unidade de tom, de timbre e de visionamento do mundo é a marca de água de uma personalidade ética e esteticamente exemplar, que mantém em relação às suas raízes pessoais e culturais uma fidelidade sem hiatos. O seu discurso poético e as suas opções temáticas desenvolvem-se numa linha realista/naturalista (enquanto tipologia estética, que não enfeudada a realismos ou naturalismos de escola, ou de correntes histórico-literárias) que nos dá a ver o Real numa voz que é sobretudo *fala, diálogo*, respiração do ser no mundo, emanando de sua funda individualidade.

É pois sobre uma exímia tangência à literalidade que se desenrola a sua linha poética, linha de rumo de uma coerência inquebrantável e elemento básico de uma eficácia poética verdadeiramente incomum. Da terra nasce a obra deste poeta maior e é ao rés-da-terra que a palavra poética caminha, essencialista e imanentista, sem nunca se levantar em qualquer tipo de amotinação dramática. Mas não nos deixemos iludir pela acalmia de superfície, porque no seu núcleo identitário é possuidora de uma energia expressiva e comunicativa como poucas e é sem tergiversar que testemunha e denuncia os variados *desconcertos do mundo*, sobretudo o desconcerto de uma acção centralizadora que se abate sobre uma terra esquecida e desprezada, situada para cá do Marão, onde gostariam de mandar os que cá estão, ou pelo menos que os não aborrecessem para além de um razoável peso e medida.

O livro que hoje aqui nos traz, como se vê acima, é *Douro: Pizzicato E Chula*: o Douro é, como sabem os leitores de AM Pires Cabral, um tema obsessivamente, mas nunca repetitivamente, abordado pelo autor: “tenho o rio na boca”³, diz ele em *Têmporas da Cinza*. E este é também mais um livro sobre o *seu* rio, extraordinário a vários níveis: unidade de tema e de tom, vivacidade irónica do estilo, reflexão metapoética, crítica irónica, cáustica, corrosiva até, de uma certa maneira de encarar a poesia: artificial, pretensiosa, de pose ou de salão; neste caso, de bojo ou de balaustrada.

Douro: Pizzicato E Chula é uma unidade poética subordinada ao tema da Viagem, uma verdadeira viagem no espaço, no tempo, no pensamento, no Ser. Viagem metapoética, ainda: poesia e poetas, constituem-se em longas *paragens* obrigatórias. Uma viagem total, pois; não à volta do seu quarto, outrossim não rasurado, mas

¹ A. M. Pires Cabral, *Douro: Pizzicato e Chula*, Lisboa, Edições Cotovia, 2004, p. 47.

² Idem., p. 45.

³ A. M. Pires Cabral, *Têmporas da Cinza*, Lisboa, Edições Cotovia, 2006, p. 62.

sobretudo uma viagem na sua terra. E também ele poderia dizer: “e protesto que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir se há-de fazer crónica”⁴; neste caso uma soberba crónica, e reportagem, poética.

“A Fábula do comboio e do barco”⁵ não é mais do que uma alegórica representação global do livro por metonímia e sinédoque. Não é mister a fábula exigir como condição indispensável ter na narrativa animais como personagens, mas sim configurar uma narrativa alegórica cujo desenlace reflecta uma lição moral em que seja nítida a vitória do bem sobre o mal, nas diversas faces ou metamorfoses de ambos. Podemos concluir que em *Douro* a lição a retirar da *fábula* intrínseca é a vitória da ancestral sabedoria da natureza perante a jactância dos poetas artificiais e ignorantes dos segredos do rio, da poesia das coisas perante a poesia das metáforas vazias. Ao contrário da corrida entre o comboio e o barco, aqui, na verdade, não se registou “um empate técnico”⁶, antes uma vitória do Douro por KO.

O percurso desenrola-se portanto sob o signo do *olhar* e da poesia, e se o rio é uno e imutável, já a ideia de poesia, de viagem, de representação e de beleza variam conforme o ponto de vista dos viajantes, suas intenções profundas, suas formas de estar no mundo e na vida, isto é no Rio; que tudo isso simboliza ou, melhor, alegoriza. Uma beleza natural constituída pelo rio, pelas montanhas, pelo céu, pelos vinhedos, pelas aves, pelos peixes, coexiste, em simultaneidade dialéctica, com uma estética e uma poética circunscritas a uma intenção deliberada. Mas se aquela une o humano e o natural, esta, pela artificialidade das palavras, das metáforas, das imagens, estabelece a separação, a fenda entre as coisas e a linguagem que as nomeia. Neste caso, este grupo de “poetas abrasados nos mais canoros zelos”⁷ não se contenta em olhar, ver, nomear; dentro deles “têm uma oculta segunda intenção: / fazer a derradeira tentativa / de também se decifrarem a si mesmos, / e não apenas o que o cerne do rio / retém por nomear. // Sagazes poetas, que assim alimentam / dois coelhos de uma cenoura só”⁸. Estes poetas ficam-se pela simples retórica da visão, ou das vistas, e da composição de superfície, postergam a linguagem fenoménica da transparência e da essencialidade, não a essência de raiz platónica residente algures na *ideia* e na pura contemplação, mas a visão pura de quem vê as coisas no seu natural habitat e conquista a beleza pura (se ao exímio equilíbrio poderemos chamar beleza) da simplicidade e da naturalidade.

A referencialidade é pois o ponto de partida da poesia de Pires Cabral: também, sob esse prisma, poeta de excepção na nossa poesia, a tomarmos por boa a afirmação de Jorge de Sena, retomada por Joaquim Manuel Magalhães, de que haveria uma *impossibilidade mental* na poesia portuguesa de se escrever no arco da referencialidade. Esta *poética do olhar*, ekfrasticamente descritiva e representativa, está longe de deixar de lado a imaginação e a invenção que uma estética da eficácia exige. *A linguagem*

⁴ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Porto, Porto Editora, 1985, p. 15.

⁵ Idem, p. 27.

⁶ Idem., p. 28.

⁷ Idem, p. 13.

⁸ Ibidem.

da arte, de qualquer arte, estará sempre subordinada a essa condição de base. Trata-se de *caracterizar, classificar*, não de *imitar*: “o artista ou o autor apreende relações novas e significantes, e concebe meios para as tornar manifestas”⁹. Assim procede A. M. Pires Cabral e, por essa razão, cremos ser uma importante referência na actual poesia portuguesa para uma novíssima, ou nem tanto, geração de poetas que fazem precisamente de uma referencialidade alegórica, metonímica, quotidiana, circundante, na berma do literal, a base do seu labor poético. E que é constituída por poetas como Manuel de Freitas, José Miguel Silva, Rui Pires Cabral, Jorge Gomes Miranda, J. L. Barreto Guimarães, Rui Laje ou Vítor Nogueira, entre outros.

Retomando a nossa viagem dupla (no espaço e na linguagem), *por este rio acima* – deve dizer-se, em abono da verdade, que o poeta não se põe de parte dos seus *compagnons de route*, assume na pele, cúmplice e solidariamente, a condição precária da humana vaidade que aponta aos poetas-viajantes: “piscamo-nos os olhos, / achamos que somos os maiores”¹⁰. É contudo liberdade do leitor atento reconhecer que entre O Poeta e os poetas há uma diferença essencial: enquanto estes sobem o rio e parece que sobem ao rio para melhor colher dessa árvore líquida os frutos açucarados das metáforas para palatos de gosto fácil, aquele, O Poeta, sente dentro de si um percurso inverso: visceral, ontológico, desempenhando a imprescindível função de estranhamento própria da verdadeira poesia: “Sigo no barco que sobe o rio. Porém / não sinto que subo o rio: / sinto, em vez disso, / que o rio me sobe a mim”¹¹. A diferença entre a poesia do rendilhado, do arabesco, e a poesia vital, é que esta segrega o real nas suas entranhas, e as palavras são, à maneira do Crátilo, de Platão, coisas, seres vivos, ou que com estes se fundem e confundem. E essa poesia, como o Douro sentido e não só percorrido, “escalda como / uma febre nas dunas. Repercute / nas têmporas, magoa / as vísceras da alma”¹². Desta forma, não se sai incólume à leitura de um poema de Pires Cabral, porque ele não se funda no puro fogo-de-artifício retórico, mas no fogo magmático de cariz ontológico dos seres e das coisas. Não nos deixemos pois confundir pela derisão poética dirigida aos poetas *abrasados* e *canoros*, os mesmos que no “Prefácio” de *Têmporas da Cinza* eram classificados como “os piores de todos nós”¹³. O Poeta não renega em momento algum a sua condição de poeta, seria aliás renegar-se no píncaro da superior missão porque veio ao mundo, ele renega simplesmente o artificialismo e o convencionalismo poéticos.

Desde logo, Pires Cabral é um poeta no sentido atribuído pelo grande romantismo alemão ao poeta e à poesia, ou seja, categoria estética que percorre e é inseparável do homem no mundo e na linguagem. Aliás, ao observar os múltiplos planos segundo os quais se desenvolve a obra de Pires Cabral, ocorre-me outra observação de Jorge

⁹ Nelson Goodman, *Linguagens da Arte – uma abordagem a uma teoria dos símbolos*, Gradiva, 2006, p. 62.

¹⁰ Idem, p. 53.

¹¹ Idem, p. 17.

¹² Idem, p. 63.

¹³ *Têmporas da Cinza*, ob. cit., p. 11.

de Sena, referindo-se à sua própria obra, também ela diversa e plural, como é sabido: “sempre achei que a poesia é a minha principal criação, mesmo quando estou fazendo coisas inteiramente diferentes de poesia. Penso que o sentimento poético está sempre por detrás de tudo o que escrevo”¹⁴. Sendo, por conseguinte, Pires Cabral um poeta ainda quando escreve em prosa, é enquanto poeta *tout court* que o seu talento atinge dimensões mais elevadas e renega, por conseguinte, com certa regularidade, a poesia e os poetas com aquela ironia com que Garrett renegava o Romantismo, precisamente na sua obra romântica maior, *As Viagens na Minha Terra*: “Romântico, Deus me livre de o ser”¹⁵, o mesmo é dizer, “os poetas, repito / são os piores de todos nós”¹⁶.

Pensamos que na velha disputa sobre a origem da beleza superior, se a residente no mundo natural, segundo Kant e próximos, ou na obra de arte humana, segundo Baudelaire, e outros frequentadores de *paraísos artificiais*, Pires Cabral parece inclinar-se, neste e noutros livros, pelo filósofo alemão. Todavia, não sejamos ingénuos, reitera-se, estamos perante um altíssimo produtor de *beleza artificial*: apesar da naturalidade da sua escrita, ela não é mais do que o *effet du réel*, conceptualizado por Barthes, uma procura do modelo exemplar na natureza. Ele sabe que não obstante a beleza do *seu* rio e da *sua* montanha, perderiam bastante sem o sujeito sensível e contemplativo, estésico e estético, espectador e transfigurador, que toma essa matéria primeira para a destilar em matéria verbal indelevelmente inscrita na obra de arte de linguagem, ou seja, no poema. Esta questão entre o Real e as palavras que o cantam, sua pertinência ou utilidade, é pelo poeta insistentemente colocada; e este livro não foge a essa regra. Observe-se o poema “Palavras”: “Que queres, Douro, de mim? / Não posso senão palavras, / (...) opor palavras contrafeitas / aos ruídos que salteiam este sítio / tão alegremente / (...) Com tanto rumor nativo, / com tanto rumor sadio / - para que diabo, Douro, quererás / as intrusas / palavras inquinadas do poeta?”¹⁷.

Este seu leitor que palmilhou o Douro da nascente à Foz, não o deslumbra menos as suas penedias, as suas águas carnívoras que ao autor de *Antes que o Rio Seque*, mas o arrepio estético perante esse espaço *sublime* não andarão longe do arrepio sentido perante os poemas de Pires Cabral sobre o mesmo Rio. Como não o tocam mais as *rubras* papoilas num prado ou num trigal que as recriadas *papoilas* poéticas de Cesário, por exemplo. Ou seja, a paisagem telúrica, rasando o sublime, trazido por Burke e Kant, requer uma outra *inscrição*, não só aquela entre as águas e o céu, mas a posterior fixação como matéria indelével na obra de arte superior, como é o caso da poesia de A. M. Pires Cabral.

Continuemos então a seguir o périplo proposto pelo poeta, este mundo natural está entranhado até ao âmago pelo mundo humano: construído, destruído, reconstruído, definitivamente arrasado. O Poeta comove-se, revolta-se, compadece-se: o presente

¹⁴ Jorge de Sena, cit. por Luís Adriano Carlos in *Fenomenologia do Discurso Poético – Ensaio Sobre Jorge de Sena*, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 14.

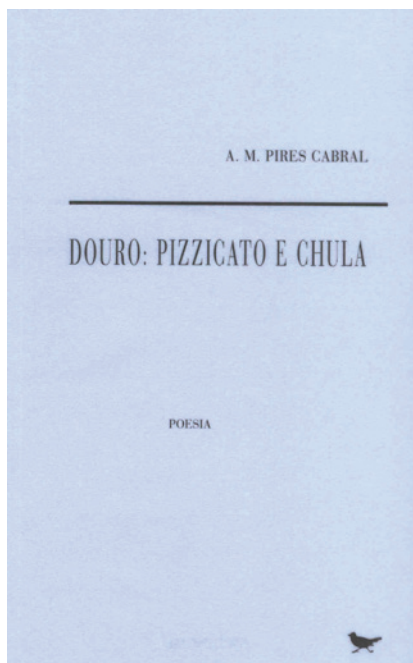
¹⁵ Almeida Garrett, ob. cit., p. 55.

¹⁶ Pires Cabral, *Têmporas da Cinza*, p. 69.

¹⁷ *Douro: Pizzicato e Chula*, Lisboa, Cotovia, 2004, p. 24.

cruza-se com o passado, que o mesmo é dizer, a vida sempre intrínseca e dialecticamente perpassada de morte, como se verifica em “Solar em Ruínas”, cujos destroços, mais que destroços materiais de uma construção, são verdadeiras ossadas dos seus antigos habitantes e o testemunho de que a pompa não suspende, antes torna mais ostensiva, a acção da morte. Trata-se de uma meditação evocativa de carácter elegíaco que não deixa de denunciar a intemporal exploração do homem pelo homem, do rico pelo pobre: “Além, sobre o lado esquerdo, / um solar destroçado pelo tempo, / derruído quase até aos alicerces. // Nasceu do chão do suor como um pomposo / cogumelo, e dele prosperou. / Teve lustres acesos nos salões, / porcelana da China nos armários, / garanhões na estrebaria e no quarto das criadas, / tectos de castanho com lavores, / obra de artesãos remunerados a malgas de caldo. // E, por cima de tudo

isto, / uma capela muito compenetrada / do seu papel de pára – raios. // Ei-lo porém decaído do fausto, devassado de animais daninhos / que nele nidificam e defecam. // Lastimável como um cão extraviado / do aconchego dos donos. // Resta um pano da fachada, onde / entre as heras que comem do granito / a pedra-de-armas ainda sobrevive / (...)”¹⁸. E nesta linha melancólica e elegíaca em que o sujeito viaja e se viaja, toma o itinerário em sua mais estreme alegoria e em todos os momentos capta, com seu olhar vigilante e lúcido, sinais da decomposição do que se julgava forte e durável. Por conseguinte, seguem-se “águas que sitiam / o pequeno cemitério do lugar. // Para que se diga: nem na morte”¹⁹ ou “Detrito das Águas” onde se alagaram “terras que deram milho, casas onde / a fome se amontoou / e foram gerados filhos. // Sobre tudo isso o Douro deposita / o detrito das águas”²⁰. O mesmo se passa com “Mortórios”, “lugares de estevas e abominação”²¹ ou em “Cipreste”²², igualmente em “A morte da Ferreirinha”²³, em todos os casos e circunstâncias “guardado está o bocado / com que há-de morrer alguém”²⁴.



¹⁸ Idem, p. 19

¹⁹ Idem, p. 21.

²⁰ Idem, p. 22.

²¹ Idem, p. 33

²² Idem, p. 55.

²³ Idem, p. 58.

²⁴ Ibidem.

O rio é, em todas as circunstâncias, uma lição de vida e de poesia, “ou não fosse o rio um espelho / antes de rio”²⁵. O seu funcionamento perfeito, a sua rigorosa selecção entre o essencial e o acessório, tornam-no num mestre, diríamos, o supremo Mestre e, nessa medida, “De Scientia” apresenta-se como uma soberba arte poética: “Comparativamente, / o rio sabe muito poucas coisas. // Não sabe, por exemplo, que este peixe /que agora mesmo lhe arrufou a tona / é um Barbus Bocagei. // Porém sabe que tem de ir e vai. /Sabe a rapidez com que deve ir / a cada momento. Sabe o caminho. / E sobretudo sabe o sítio / que o dedo do grande destinador / lhe apontou para recolher ao mar. // E eu? // Atento a todas as vozes, / entregue à libertinagem / de tanta sabedoria - / eu, amigos, que sei eu / de mares no fim da viagem?”²⁶.

Vendo bem, pelo livro perpassam vários *Douros*: desde logo o rio real, digamos assim, o imemorial rio que desagua no Atlântico, onde tantos se banharam, mas em momento algum repetiram o banho nessa mesma água, e outros aí definitivamente se banharam: “arrepia terem morrido tantos / na troca incauta de margem / à procura de quê. // Afinal, o lado de lá repete / o lado de cá”²⁷. Depois há o “Douro, S. A.”²⁸, o Douro socializado, politizado, economicizado, fruto de uma estranha cooperação entre “Deus” – que “entrou com o xisto, / a meteorologia / e a Vitis vinífera. /”²⁹, “o inglês (e similares)” “com o paladar e o talento / colonizador”³⁰ e “o indígena” “com os braços, com as mãos, / com as unhas (para arrebunhar a terra / em momentos de maior lucidez), / com as glândulas sudoríparas / - e muitas vezes com o corpo todo”. Neste “Douro, S. A.” – tal como já aqui mais uma vez o poeta que testemunha e denuncia nos deu conta, com fina mas letal ironia – estamos perante um “investimento / equitativamente repartido, / como se vê. / (Os dividendos é que nem por isso)”³¹. E, finalmente, há o Douro dos “poetas, como aqueles sujeitos / que entram nas festas sem convite”³². Estes retratam, ou recriam, na melhor das hipóteses, o rio por palavras, e aqui há, pelo menos, mais do que uma imagem do rio: pelo menos de um lado, a música, a harmonia, a melodia, o canto, os ritmos, os timbres de uma poesia superior em *Douro: Pizzicato E Chula*, e diga-se, por justiça, o Douro de António Cabral que cantou “o suor e as fragas”³³ e o de Torga de “São Leonardo de Galafura”³⁴. Estes souberam igualmente proceder ao “retorno à soletração / dos ilegíveis cânones do rio”³⁵. Dos outros, por desconhecimento da safra, não carece aqui fazer suposições. De todo o modo, a riqueza do Douro tudo permite, a todos abastece ou dessedenta, porque

²⁵ Idem, p. 30.

²⁶ Idem, p. 26.

²⁷ *Têmporas da Cinza*, ob. cit., p. 64.

²⁸ Idem, p. 31.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

³³ Idem, p. 56.

³⁴ Idem, p. 34.

³⁵ Idem, p. 41.

“afinal de contas, a beleza / do Douro é um recurso renovável”³⁶, por isso “abençoado Douro, abençoada / alquimia do Douro!”³⁷.

A. M. Pires Cabral tem, como poucos, o segredo horaciano do “malho e da bigorna / do ferro de mim (si) mesmo”³⁸. Sejam os então gratos a quem dá muito e pede pouco, quase nada. Felizmente a sua reconhecida modéstia e simplicidade não o inibiu de pedir à vida um mínimo indispensável: “Não pedi demasiado à vida / nem a esta viagem: / uma guitarra apenas, uma voz”³⁹. E como não pediu “demasiado”: “uma guitarra”, “uma voz”, a vida deu-lhe esses dois instrumentos, excessiva e intensamente.

Tempo algum os calará.

³⁶ Idem, p. 32.

³⁷ Idem, p. 54.

³⁸ Idem, p. 46.

³⁹ Idem, p. 57.

Eduardo Guerra Carneiro, pequenas impressões

Nuno Monteiro

Jornalista e escritor, nascido em Chaves em 1942. Frequentou a faculdade de letras do Porto e de Lisboa, sem ter terminado a licenciatura. Trabalhou em órgãos de informação tais como *O Primeiro de Janeiro*, *Diário Popular*, *O Século*, *República* e a revista *TV Guia*. Estreou-se na escrita em 1961 e manteve essa produção literária até 2001. Pelo meio ficam livros de crónicas e livros de poesia. A 3 de Janeiro de 2004 foi encontrado sem vida, na Travessa do Abarracamento, no Bairro Alto, em Lisboa, onde vivia sozinho.

Eduardo Guerra Carneiro, poeta invulgaríssimo, refém de si próprio e pastor dentro da sua própria poética, “como quem não quer a coisa” aprestemo-nos a avisar já o leitor que nele não procure conformismo e temperança pois que antes se fale de infância e de obstinação, incomodidade e vagabundagem, memórias, desencontros, noites de cântico tertuliano, amor e morte. Do que ficou, muito, ainda que pouco, retalhos do poeta que foi, na certeza de que “isto anda tudo ligado”, algo mais se dirá e para começo, dir-se-á do desafio com que rodeou a escrita e da crença que o justificou, a que acreditava que a poética era movimento e que o movimento desafiava o mundo,

*Já poeta não sou se a voz eu calo
E nesse estado estou que é não estar.
Já poeta não sou se a voz não ergo,
Para abrir outra porta, além no espelho.*

Era assim Eduardo Guerra Carneiro, “Já poeta”, em 2001, quando publicou *A noiva das Astúrias*, noto-lhe a ironia do título sublinhando que já poeta o era desde pelo menos 1961, quando se sentia como “O perfil da estátua”. Pois ainda que possamos convir que a poesia não passa de fogo de artifício, sabemos que é um fogo que se

incrusta perene dentro dos Outros e que ao poeta, fogueiro, também se exige coragem. Assim Eduardo Guerra Carneiro fugiu da vacuidade e cerzindo discurso próprio, não seguindo esteira de outros, foi ganhando fama de caminhante e de errante, libertário e músico ainda que, sob a capa — opinião minha — de mendigo rico. Talvez alguém que se situe tão perto de qualquer personagem desse outro mago da contra-corrente literária que foi Albert Cossery. Rico, nas restantes riquezas já que sobre as suas finanças não me devo aqui debruçar. Mendigo rico como os personagens magistrais de *Mendigos e altivos* de Cossery.

Creio e julgo que Eduardo também cria, na mendicidade que impele à metamorfose, no abandono do casulo para a palavra necessária, na aspiração, na borboleta que nunca se afasta muito mas que priva de perto com a respiração latente da cidade, na consumação do fogo, no que afasta a letargia. Algures deve ter procurado *A Rayuela* do Cortázar e deve tê-la lido pois, em *O revólver do repórter* e *Outras*



fitas, ambos livros de crônicas, saídos com a chancela da antiga Teorema, paira esse ambiente que é ao mesmo tempo uma obstinação de deambular com um pé na terra e outro no céu. Eduardo Guerra Carneiro, o jogador do mundo.

“Estamos no extremo ocidental de uma europa gangrenada que teima ainda em conservar limpos os punhos e o colarinho, embora tenha podres as meias e as cuecas estejam borradas de medo antigo, caca seca, agarrada aos pirinéus, a montecarlos, montecassinos, urais ou andorras do báltico.” Já em 1978, “Como quem não quer a coisa”, numa edição da & etc, o poeta nos teimava em gritar sangue acerca da nossa terra. Desapiedado e desligado, contracorrente e imprevidente, como se a poesia e esta coisa de escrever fosse, ao fim e ao cabo uma “Profissão de fé”, uma espécie de “Lixo” que nos ofusca de tanto luzir. Sabemos ser assim a grande literatura e sabemos também ter sido assim quem, assim tendo sido, foi tudo menos vulgar. Poeta invulgaríssimo.

É natural que o poeta que foi se tenha perguntado, em divagações a sós ou ao correr do vinho, aquando dos repastos com o grupo jantarista das sextas-feiras: Que fazer? E a resposta, se é que chegou a alguma, vinha mascarada de duas outras questões. Tentando fazer-me entender, entendendo que o papel de um escritor é ouvir questões que deambulem por dentro de si, em ocasiões especiais questões vertem respostas que de imediato se transformam em novas questões, a resposta chegava-lhe embrulhada numa ânsia que se pode enunciar numa interrogação e numa exclamação: Mudar de vida? Mudar a vida! Sabedor de que “Isto anda tudo ligado”, se por um lado insiste em nunca se desligar da força do acaso, da disponibilidade, da paixão, sabe também

— e também será isso que o angustia, que o homem é caçador do homem, que todo o homem será por fim escrutinado, sendo cada um ganho ou perdido, consoante os feitos individuais. Ao poeta, resta talvez lutar por mudar a vida. Na certeza de que é missão assaz difícil.

Dotado de um espírito fortemente inquisitivo, sabendo haver nele – pelo que li e procurei reflectir, uma vontade soberana de “mudar de pele”, numa resposta tímida mas consistente à dificuldade de viver, vamos por isso classificá-lo como um poeta pessimista que, na aceitação desse pessimismo procura nos caminhos da morte o sentido da vida. Uma mera perseguição da sobrevivência e não — daí a condição de poeta, a vida fácil. Vida vivida num ambiente Joyciano, passadas Ulissianas que, em ocasiões de céu claro o levavam a ver Jeanne Moreau como a Eva primordial. Nessas ocasiões em que o céu, de tão azul, se desassemelha da terra onde vivem os homens, ele era cinéfilo e viajava nos filmes talvez na convicção de que “Navegar é preciso/Viver não é preciso”. Sempre que esse navegar implique puxar contra a corrente em demanda da espada de Excalibur ou da passarola de Bartolomeu de Gusmão. Imagino-o criança em Chaves, na casa dos avós, adormecido no escano defronte do lume. Qual figura de Tom Sawyer que faz das traquinices a antecâmara da idade adulta.

Poeta “globetrotter”, vida igualmente percorrida e viajada, quantas vezes sem destino, essa vontade de partir, essa corrida vã em busca de um encontro ou de um telefone, não tendo nascido com ele,

como não?, como não ter nascido com ele?,

essa vontade de abalar foi importada de França, já que, tendo estado presente em espírito nessa extraordinária manifestação de liberdade, cultura e arte que foi o maio de 68, ele admite que sim, que houvesse razão à solta quando Daniel Cohn-Bendit pronunciava o quase intraduzível “Sous les pavés, la plage!” E essa mesma manifestação, que ele sabia utópica, deve tê-lo marcado. E mais e mais marcado quando o rumo da história, “É assim que se faz a história”, o decurso da década de setenta e depois a de oitenta tendia a provar o contrário. Afinal, “Frente ao jardim”, escreveu Eduardo, A cidade morta era apenas/triste. Vertigem de escadas/ ou de anjos caídos. Foram tempos/ idos – tantas namoradas! Agora cidades/ardem no horizonte. Disseram-lhe mesmo/ que o Outro anda a monte. Ele/ pé-ante-pé, corta-lhe o discurso. Em 2001, era assim, tão pouco, em tudo. Sem contradição, “É isto mesmo: o que sentimos ao sentir tudo”, assim dizia Eduardo em “Brinquedo voador”. A condição de transmontano e por consequência a teimosia e a fé inabalável tornavam-no no que aqui ainda não se referiu, faziam-no acreditar em irredutíveis, como os da pequena aldeia gaulesa e com isso a sobrevivência a confiança no pão total, a reunião de todos a bordo do tapete voador ou, por outras, “Nós os voadores, o próprio voo”. Havendo ou não contradição, o que se escreveu foi o que se pretendeu escrever. Vivesse ele hoje e o que escreveria! Recordo-me agora dum título do Cesarinny, “Uma imensa razão”.

Eduardo, o político, numa voragem de antecipação, em 1975, achava que a Europa estava gasta e cansada e que se deveriam construir sistemas políticos alternativos aos que então dominavam o mundo. Aqui, adianto eu, uma vez mais o molde de 68 a

bordo do tapete voador. Mais tarde, já nos anos noventa, ainda inconformado, deixa interrogações negativas à sociedade de consumo, ao capitalismo selvagem onde apenas funciona o mercado e onde se deixam, na esteira do pretensão fim das ideologias, navegar a seu bel prazer, os fantasmas da subversão dos valores. Hoje, é talvez Vila-Matas, em *Dublinesca* quem marca o fim de uma era e o fim de uma ideia de mundo, de uma forma de sentir o vento Outonal e os vermelhos e castanhos das folhas das caducifólias.

Faz referência, num artigo intitulado “Vazio”, Carlos da Veiga Ferreira haveria de lhe assegurar a edição de dois livros, espécie de colectâneas de crónicas sobre filmes – Eduardo o cinéfilo, a um livro que estaria a reler pela vigésima primeira vez: *O homem que via passar os comboios* de Georges Simenon onde se questiona a aparente vida preenchida do cidadão normal, parecendo deixar no ar uma vontade latente de tudo abandonar para ingressar numa outra quicá mais irracional. Deixa subentendido que talvez a vida ideal seja a vida errante e marginal mas logo após contrapõe, como se dentro dele esta dúvida o regesse, que a vida normal não tem necessariamente de ser vazia, que se pode buscar ou vislumbrar um pouco de paz nos pequenos detalhes. Creio que Eduardo o noctívago nascia aqui, ganhava preponderância ante os outros Eduardos e não conseguindo ou não podendo sentir paz nos pequenos detalhes, escolhia mergulhar cada vez mais fundo na luz da noite, nos cheiros malditos das pombas apodrecidas nas ruelas tortas e mal iluminadas. Sabe que ao certo nunca se decidirá e que a inquietude que o trespassava nunca poderia ser resolvida, sabe também que a condição de poeta dela dependia e sabe que a indecisão não diminui com a sabedoria. Sempre deve ter sabido que é precisamente ao contrário.

Foi um homem manietado por contrários e talvez por isso mesmo marcado pelo caminho, recebe a notícia do suicídio da filha e sente-se um pequeno ponto negro, uma indefinição total. Apaga-se e por isso mesmo recrudescer. Foge, na vida e na escrita. Enquanto foge apercebe-se dum poder que lhe é concedido, “Dissertações sobre o terror”, “3.”, algures está escrito “tenho poder para olhar para ti e te aumentar ou diminuir”. Nesta passagem talvez possamos distinguir o Eduardo maligno ou, pelo menos, não me atrevendo a ir tão fundo, o Eduardo que evocava Nietzsche e se sentia capaz de tolher ou conceder, numa alusão ao eterno super-homem. Voltando ao início do parágrafo, voltando ao homem que foi sempre um homem manietado por contrários, pois possamos conhecer uma outra faceta do Eduardo, o que elege, entre as alturas, a infância e a inocência que a caracteriza e olha, nostálgico, ante a perda dessa espécie de desordem feita de ordem. Não consegue dissociar a infância da terra maravilhosa — o tão propalado quanto ostracizado Reino Maravilhoso e entre as terras da infância, navega por Chaves e as terras de família, percorre lendas rurais, o comboio de bancos de madeira amarela, o canastro transformado em castelo, as caminhadas nas veredas das serras, a sombra dos castanheiros e recorda o tio que lhe lia passagens de Victor Hugo. Aqui, entro outra vez eu e avanço, que pena que lhe não tenha ocorrido, no final dos anos noventa, trocar a sua casa no abarracamento por qualquer destas terras e aí cultivar uma espécie de loucura que pretendesse fortalecer a vida cultural rural. Uma coisa ao jeito do mito de David e Golias. Pudessem acontecer que nos caminhos

da batalha se sentisse mais amparado. E já que comecei, acabo, ingénuo serei eu ao julgar que um homem consegue inflectir e mudar de pele quando milhares de fios invisíveis o prendem às mais básicas necessidades – cinéfilo, consumidor de arte, noctívago e jantarista, humorista e encantado, maléfico e desolado, uma vez em Lisboa, para sempre em Lisboa e dela passa a respirar e esta torna-se-lhe como uma droga que tanto o oprime quanto o encanta. A cidade grande, bela e prazenteira, inflada de serpentina e eivada de mitos urbanos preparou-o e desde cedo o tratou com cuidados, desde cedo se lhe insinuou e por fim foi essa multitude societária sem rosto que o esquecendo, o perdeu. Ou talvez se não deva falar em esquecimento já que a palavra escrita nos livros circula e mexe como burburinhos pelo intelecto dos novos e há, a cada instante uma tertúlia nova ou um encontro mais e há, saído de um qualquer desses lunáticos encontros, uma referência mais ou menos genial a um sujeito mais ou menos genial que assim se salva da morte, do esquecimento. Foi assim que ficou escrito, “Tudo é uma fita”, numa crónica do livro *Outras fitas*, que se deve erguer a imaginação ao poder. Talvez assim se emocionem as pessoas e talvez assim a utopia se possa agarrar com a mão. Com a utopia bem presa à mão talvez os novos se possam congregiar em sociedades libertárias de matriz artística e dar-lhe voz, levando-o, pé ante pé e anunciando-o de megafone em punho, no cerne da questão, lá onde a ferida dói, onde as pessoas repousam, como meros, “nas águas profundas de um pessimismo quase autista”. Eduardo que assim perdura, aqui evocado, Eduardo que assim volta a clamar, um certo jeito de ser cívico, uma certa ideia que por aí anda, Eduardo cidadão e poeta, assim atirado, com apelo, sem agravo, ao centro do Homem.

Para a construção deste texto foram lidas e consultadas várias obras do autor que se encontram citadas no texto e que se reproduzem aqui, *Como quem não quer a coisa*, *Isto anda tudo ligado*, *A noiva das Astúrias*, *Outras fitas*, *Dama de copas*. Outras referências a outras obras foram retiradas da internet. Contribuíram também para a elaboração deste texto opiniões de pessoas que com ele privaram e que gentilmente comigo colaboraram.

Vila Real num lento caminhar para a República*

Pedro Abreu Peixoto

Move-nos o ensejo de estudar a vida social e económica vila-realense, no período compreendido entre 1820 e 1910, aqui abordado de uma forma inicialmente sintética.

Foram oito décadas de profunda luta política que transformaram Portugal, levando-o da Monarquia tradicional à República, através da Monarquia constitucional, que se afirmou como o primeiro instrumento da democratização do país.

No início do século XIX vivia-se um ambiente de antigo regime, praticamente em todos os aspetos da vida nacional.

O país tinha uma população de três milhões de habitantes, profundamente ruralizada, empobrecida e largamente analfabeta, muito diferente do ambiente letrado e urbano do século XVIII, que, em França, moldou a filosofia das luzes e redescobriu a liberdade, baseada na participação política coletiva.

Dificilmente a legitimidade do absolutismo seria posta em causa fora de círculos muito restritos, onde proliferava uma opinião ilustrada pelo século das luzes, capaz de impor os princípios da soberania nacional e da igualdade cívica, proclamados pela revolução de 1789. (BONIFÁCIO, 2007)

Em dezembro de 1817, Manuel Fernandes Tomás, Desembargador do Tribunal da Relação e José da Silva Carvalho, Juiz de Fora dos Órfãos, membros da elite administrativa e política do Porto, numa análise da situação política internacional, ao concluírem pela inevitabilidade de uma revolução na Espanha de Fernando VII — que em 1814 abolira a Constituição liberal —, previam que Portugal seria contagiado por uma eventual revolução no país vizinho, tais eram as nossas semelhanças políticas, económicas e sociais. (RAMOS, et al., 2010)

* Na origem deste artigo está parte da conferência de apresentação do livro: “Presidentes e Vereadores de Vila Real: do Liberalismo à República”, inserida nas comemorações do Centenário da República no Município de Vila Real, proferida nos Claustros da Câmara Municipal a 4 de outubro de 2010.

Dois anos depois estala a revolução em Espanha e, em janeiro de 1820, é restaurada a Constituição liberal, num movimento visto como um incentivo para o desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal.

No Porto, Fernandes Tomás, Silva Carvalho e Ferreira Borges, unidos com outros no movimento do Sinédrio, conseguem convencer vários chefes militares, como António Pinto da Fonseca, Sebastião Brito Cabreira e Bernardo Castro Sepúlveda a organizarem uma réplica de Cádiz. (RAMOS, et al., 2010)

Poderemos assim, considerar que será o desenvolvimento dos acontecimentos internos e a marcha da história internacional e peninsular, a conduzir em 1820 ao derrube da monarquia de antigo regime em Portugal, logo justificada pelas doutrinas filosóficas, políticas e constitucionais, entronizadas pela revolução francesa.

A revolução liberal inaugura-se em Portugal com a legitimação do pronunciamento militar de 1820 pelas novas teorias políticas, que afirmavam residir no povo – ou na nação – a fonte única da soberania, concebendo a governação como um contrato entre governantes e governados.

Portugal assistirá, desde o início do século XIX, à regulação e limitação do poder do Estado; à promoção da igualdade civil; à promoção das liberdades, direitos e garantias individuais, constitucionalmente protegidos; bem como à promoção de um Parlamento de deputados eleitos pela nação. Estes princípios, que configuram a essência do liberalismo, não eram suficientes para realizar a liberdade tal como a democracia a entendia.

Na realidade, as exigências democráticas entravam em colisão frontal com os princípios do liberalismo monárquico-constitucional, que advogava os direitos políticos apenas para quem possuísse um determinado grau de riqueza; defendia que os amplos poderes do rei derivavam não do voto popular mas de um direito pessoal de sucessão; e que o povo, esse, devia resignar-se às sujeições e restrições que a humildade da sua condição impunha. (BONIFÁCIO, 2007)

O liberalismo procurou, através da monarquia constitucional, um ponto de equilíbrio entre a monarquia pura e a democracia pura, cuja forma consumada e natural seria a República. Afinal, a história de Portugal no século XIX foi um trânsito atribulado, muitas vezes violento, da Monarquia para a República. (BONIFÁCIO, 2007)

Esta atribulação foi vivida com intensidade, em Vila Real, ao longo de toda a centúria de oitocentos.

Em 7 de junho de 1823, após o golpe de Estado da Vilafrancada, conduzido por D. Miguel I em maio desse ano, com o intuito de pôr fim ao regime liberal, a Câmara Municipal lembrava a proclamação que havia feito em 23 de fevereiro desse ano, sobre a liberdade do Rei e sobre a legitimidade da restituição dos seus antigos direitos, de que havia sido espoliado pela Constituição política liberal feita pelas Cortes, razão que levará os habitantes de Vila Real a dirigirem um requerimento à vereação, para que a mesma solicitasse a Sua Majestade Fidelíssima a proclamação da urbe como Cidade Real.

Após os dois anos de guerra civil e da derrota das tropas miguelistas, expressa

na Convenção de Évora-Monte em 26 de maio de 1834, que instala definitivamente em Portugal um regime liberal e constitucional, a Câmara Municipal de Vila Real, em reunião de 14 de outubro de 1835, presta reconhecimento a personalidades liberais e leais à Lei e, em 1837, assina o auto de ratificação do Juramento à Constituição de 1822.

Em 29 de janeiro de 1842, a vereação vila-realense assinará o auto de aclamação da Carta Constitucional de 1826 como Lei Fundamental do Reino, após o novo golpe de Estado então liderado por Costa Cabral com o intuito de derrubar a Constituição de 1838.

Desta forma, Vila Real expressa nos documentos produzidos pela municipalidade, ao longo do século XIX, o sentir político do país na sua evolução para a República, caminho onde os reflexos nas instituições municipais, da filosofia e da prática política decorrentes da revolução de 1820, foram profundos e complexos.

A Constituição de 1820 sinaliza amiúde os novos tempos políticos, como expresso no texto do art.º 218, onde se lê que o poder camarário deverá ser exercido «na conformidade das leis». Durante o antigo regime os autarcas tinham igualmente que obedecer à lei, mas a diferença reside em que agora a lei já não emanava do poder real, mas era resultado da vontade dos cidadãos, representados em Cortes após discussão pública, como estipulado no art.º 104 do texto constitucional vintista.

A nova ordem liberal introduz alterações fundamentais na estrutura dos corpos dirigentes das Câmaras, promovendo a generalização da instituição do Presidente a todos os Municípios do país, paralelamente ao desaparecimento dos Juizes de Fora, remetidos que foram para as suas atribuições judiciais, sendo as Câmaras afastadas das suas antigas funções na área da justiça.

Na reunião de vereação de dia 6 de março de 1802, assistiremos ainda à apresentação da Carta Régia dirigida ao então Juiz de Fora e aos demais oficiais da Câmara Municipal de Vila Real, fazendo mercê dos lugares de vereadores para esse ano, num ato que a legislação liberal abolirá.

O corpo de vereadores será, a partir de então, o órgão dirigente por excelência, e o vereador mais votado assumirá o cargo de Presidente, no que se afigura como uma novidade vintista, no contexto dos órgãos de gestão municipal. No entanto, em caso de empate, recorrer-se-ia ao método pouco ortodoxo da sorte.

Nestes, como em muitos outros aspetos, a legislação liberal misturava a novidade com o costume e a tradição.

Outra novidade, fundamental para o bom funcionamento das Câmaras Municipais é a introdução pela legislação eleitoral liberal dos vereadores suplentes, evitando os complexos e demorados processos de substituição, com as consequentes dificuldades na gestão camarária.

Para além dos Juizes de Fora, desaparecem também da gestão municipal os representantes permanentes dos mesteres ou os Procuradores do Povo, presumida que estava a representatividade dos vereadores, na sua condição de eleitos. Assim, as circunstâncias em que no dia 6 de julho de 1816 o Desembargo do Paço solicita à Câmara para informar, ouvindo a Nobreza e o Povo, sobre a instalação de um talho

de carnes verdes em Vila Real, não constarão da prática político-administrativa do liberalismo português.

Neste contexto, uma das grandes mudanças do liberalismo no acesso aos cargos municipais, foi a introdução do sufrágio alargado a todos os habitantes, desde que reunissem as condições que a lei fixava, muito embora a via eleitoral não constituísse uma novidade absoluta, pois ininterruptamente desde a Idade Média que os moradores intervinham na escolha dos governantes locais.

Já vimos, é verdade, que nem todos podiam ser eleitos pelo sistema eleitoral vintista. No entanto é importante sublinhar que ao redefinir o conceito de “cidadão”, a Constituição liberal significou, para a grande maioria dos portugueses, uma oportunidade de participação que se afigurava verdadeiramente revolucionária. (SILVA, 1993)

Isto apesar dos cargos municipais terem a eleição vedada a menores de vinte e cinco anos e, se não eram agora exclusivos aos «melhores do lugar», como advogavam as Ordenações Filipinas – princípio reprovável pelo ideário liberal – não deixavam de ter que assegurar «meios de honesta subsistência» e de terem que «estar desocupados de emprego incompatível com os ditos cargos», o que, em bom rigor, poderia levar ao mesmo efeito.

Entre 1842 e 1926 - Regeneração e Estado Novo -, na Câmara Municipal de Vila Real, os vereadores incluem-se num quadro socioprofissional exíguo e refletor das atividades localmente dominantes. A agricultura, com uma forte componente da viticultura, é, inequivocamente, a atividade produtiva mais importante da região. É no seu seio que se gera a elite que se plasmará em todos os poderes. Os proprietários dominam as vereações como lideram o grupo dos maiores contribuintes e as restantes instituições da cidade sejam elas económicas, culturais ou de intervenção social. (CRUZ, 2001)

Em Portugal, apenas com a entrada em vigor da lei de 8 de maio de 1878 o corpo eleitoral será ampliado e ruralizado, ao alargar o eleitorado à quase totalidade dos portugueses do sexo masculino; ao conceder direito de voto a todos os chefes de família; a todos os que soubessem ler e escrever e a todos os que comprovassem possuir um rendimento mínimo. (CRUZ, 2001)

Tal como no antigo regime, também a legislação liberal condiciona a repetição de mandatos municipais. Se as Ordenações Filipinas exigiam um interregno de três anos, a Lei de 27 de julho de 1822 avança com a proibição da repetição do mandato sem um período de ausência de um ano. A grande diferença é que na época moderna a vontade do rei sobrepunha-se à lei, reconduzindo muitos vereadores durante anos seguidos. Um vereador do Porto, em finais do antigo regime, será mesmo nomeado a título perpétuo. (SILVA, 1993)

Apesar da letra da lei, ao longo do século XIX, em Vila Real, iremos assistir a muitos autarcas na gestão municipal sem interregno, ocupando o lugar de vereadores ou alternando esta função com a da presidência ou a da vice-presidência. (CRUZ, 2001)

A Constituição de 1822 e a Lei de 27 de julho do mesmo ano configuram, em

boa parte, as atribuições que o liberalismo entregará às Câmaras Municipais, e que poderemos resumir do seguinte modo: Elaboração de leis municipais; promoção de atividades económicas; lançamento e oferta de infraestruturas de saúde e de instrução; fomento e conservação das obras públicas; correto aproveitamento e eficaz administração dos bens concelhios; equitativa distribuição da carga fiscal e seu justo encaminhamento; preparação adequada e acompanhamento cuidadoso dos atos eleitorais, que a liberalização política do país iria programar. (SILVA, 1993)

A organização dos atos eleitorais irá conferir às Câmaras constitucionais uma decisiva importância político-administrativa, uma vez que assumiram um serviço de cariz nacional, para o qual mais nenhuma instituição se encontrava preparada. As Câmaras Municipais tornaram-se num eixo fundamental de um dos mais importantes pilares do liberalismo, para o qual se assumiam também como defensoras de primeira linha.

Resultado desta prática político-administrativa, está patente no recurso que três cidadãos fazem à Câmara Municipal de Vila Real, em 13 de novembro de 1862, queixando-se sobre os resultados eleitorais, bem como na instrução do processo de impugnação do ato eleitoral que, em 9 de janeiro de 1863, será assunto de uma representação do Município vila-realense ao Rei.

Os vestígios das novidades, trazidas pelo ideário liberal ao quotidiano da vida municipal, que resultam do lento caminhar para a República, através do cada vez maior sentido do bem público e da participação coletiva, são uma presença constante nos documentos dos órgãos de gestão municipal de Vila Real, ao longo de todo o século XIX.

Assistiremos a uma constante preocupação da vereação em proporcionar o abastecimento de água à população, de forma regular e em boas condições de salubridade; cuidado no controlo dos preços praticados pelos comerciantes, de acordo com as posturas municipais, lançando coimas altas para os prevaricadores; consciência na derrama de impostos, que procuravam ir de encontro às dificuldades sentidas pelos agentes económicos; impulso na construção de estradas, caminhos, equipamentos e conservação das obras públicas e do património municipal; preocupação social, principalmente com os órfãos e o incremento que será dado à instrução pública e à saúde, enquanto linhas de força da política liberal.

A enérgica ação da Câmara Municipal de Vila Real, ao longo do século XIX, será acompanhada de um “intenso associativismo social”, (NEVES, 2008) – onde certamente se lançariam as bases de uma cidadania interventiva –, que terá voz numa imprensa local tardia, mas bastante prolifera no diálogo pelo interesse público, que enquadram uma sociedade típica do liberalismo português.

Encontramos muitos vestígios do lento caminhar para a República, nos documentos que expressam a vida quotidiana de Vila Real no século XIX. Este século de revoluções e contrarrevoluções, que abriram o caminho para uma nova era em Portugal. Uma nova era que se iniciará em 1910, e que levará Vila Real até à Revolução

de abril de 1974, através da gestão de 25 Presidentes de Câmara e de 152 vereadores, que assegurarão a gestão municipal até ao dealbar da já chamada III República.

O caminho iniciado com o pronunciamento militar de 1820, garantiu às Câmaras Municipais o prestígio e a capacidade de intervenção, que haviam tido desde épocas imemoriais.

Uma realidade que devemos aos homens que protagonizaram o ideal vintista, e a todos aqueles que asseguraram os destinos autárquicos durante o turbulento século XIX.

Bibliografia

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. 2007. *O século XIX português*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CRUZ, Maria Antonieta. 2001. Elite política local de Vila Real - da Regeneração ao Estado Novo. [ed.] CEHVID. *Douro Estudos e Documentos*. 2001, pp. 111-132.

NEVES, Elísio Amaral, CABRAL, A. M. Pires. 2008. *Vila Real: História ao Café*. Vila Real: CMVR, 2008.

RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 2010. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

SILVA, Francisco Ribeiro da. 1993. Revolução liberal e municipalismo. [ed.] Sociedade Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*. 1993, pp. 361-375.

Fontes primárias no Arquivo Municipal de Vila Real:

Livros das Atas das Sessões da Câmara – 1820 / 1899

Registo Geral da Câmara Municipal de Vila Real – 1820 /1899

Registo da Correspondência Recebida (1855-1899)

Registo de Requerimentos (1879-1983)

O fabuloso solar dos Dragos em Cabeda

José Alves Ribeiro

Cabeda surge com o nome de Cabêdo nalguns documentos e registos, mas o seu nome mais antigo, registado no Livro dos Forais, Escrituras, Doações, Privilégios e Inquirições, do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, é Chaveda – terra chã, e de facto, comparada com as serranias à volta de relevos íngremes, esta terra apresenta uma plataforma relativamente aplainada entre as encostas que depois descaem para os dois rios — e nesse documento do séc. XVII já se regista a existência de vinhas. A referida Quinta do Porto fora inicialmente denominada nesse tempo Couto ou Quinta de S. Domingos, pois era esse o oráculo da sua capela — Capela dos Reis Magos de S. Domingos — onde está sepultado Ruy Drago, seu fundador, fidalgo de origem castelhana, vindo para aqui por volta de 1400 e participante na tomada de Ceuta em 1415 e na batalha de Albufeira onde campeou do lado das hostes perdedoras do Infante D. Pedro. Perdeu bens por motivo da perda dessa batalha, mas felizmente não



Visconde de Canelas



Quinta do Porto – casarão e capela fundada em 1413, com a data do restauro de 1790

perdeu o património de Cabeda que transitou para os seus descendentes.

Foi pai de Manuel Drago, este participante na batalha de Toro com D. Afonso V em 1476, que casou em 1483 com D. Filipa de Macedo, fidalga de Vilar de Maçada, bisneta do herói de Aljubarrota Martim Gonçalves de Macedo e que manteve este solar em Cabeda, a Torre de Quintela, em Vila Marim, e ainda foi este casal que fundou a torre — já muito arruinada — e o domínio de Borba em Vilar de Maçada, embora o nome Borba lhe fosse atribuído mais tarde, aquando de um casamento de uma descendente com um fidalgo de Borba de Godim no concelho da Lixa. A capela de Borba só foi fundada no séc. XVI por D. Gregório Castelo Branco, comendador da Ordem de Cristo de S. Miguel de Três Minas em Jales, a que a paróquia de S. da Assunção de Vilar de Maçada esteve nesse tempo ligada. Na ex-capela ainda hoje é visível o brasão dos Castelo Branco.

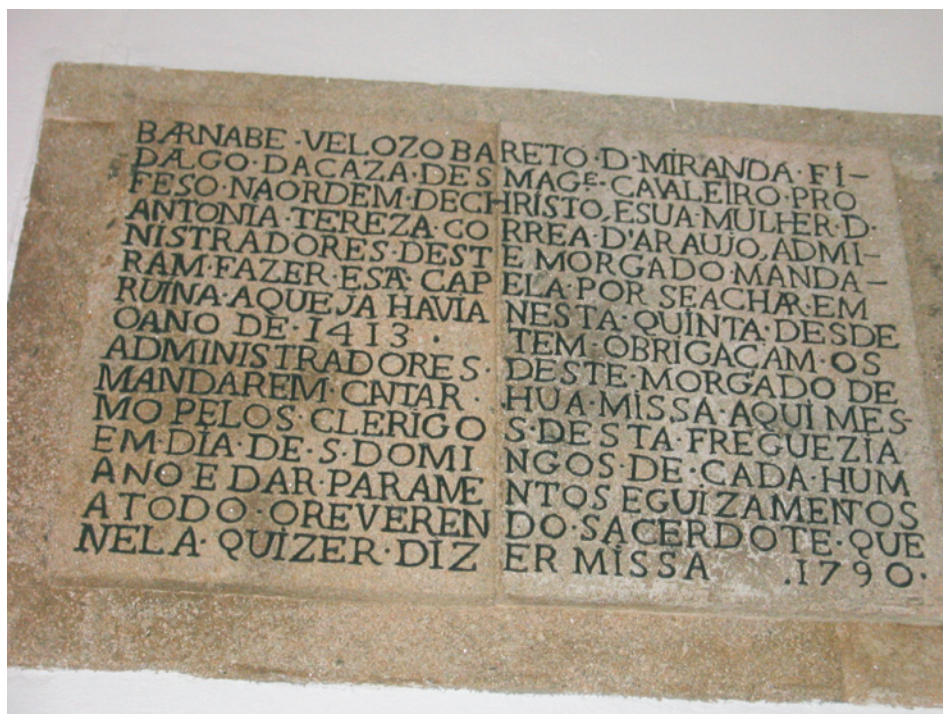
D. Gregório casou com Dona Francisca de Sousa Alvim Moura Coutinho, bisneta de D. Filipa de Macedo e de Manuel Drago, e neta de Rui Drago de Portugal, comendador do Souto em Braga e que viveu em Braga, na Torre de Quintela e no solar da família em Cabeda.

Quanto a este Solar dos Dragos em Cabeda, denominado Couto de S. Domingos, pois era esse o orago da capela, fora couto de homiziados, ou seja abrigava refugiados da justiça d'el-Rei, regra frequente em muitos domínios senhoriais e que era também um modo recrutamento fácil de mão de obra, a troco de abrigo e comida, para as muitas tarefas das quintas e dos solares. Este e outros privilégios da nobreza antiga como o recebimento de rendas e foros, alguns entretanto já pouco justificáveis, foram mais tarde extintos com a revolução liberal de 1820 e o regime de monarquia constitucional que lhe sucedeu. Este Couto e Solar dos Dragos foi ao longo de séculos completamente predominante na economia e vida social da povoação e da freguesia e ainda hoje é uma das melhores quintas da freguesia de Vilar de Maçada. A partir do séc. XVII os Dragos radicaram-se no Sul, no Alentejo e Algarve, onde ainda existem descendentes (o meu colega agrónomo e amigo Renato Drago é um deles e já cá veio visitar — e com que

emoção — estas suas raízes... e que me forneceu alguns elementos para esta crónica).

Esta ida da família para sul começou por uma troca de heranças: um dos filhos de D. Filipa de Macedo, senhora da Torre de Quintela e seus domínios em Vila Marim (Vila Real), neste caso filho de uma união de facto com D. Afonso de Portugal, do ducado de Bragança (mais tarde nomeado bispo de Évora por D. João II), foi D. Francisco de Portugal, 1º Conde de Vimioso, que aceitou a troca da Torre de Quintela de Vila Marim pelo famoso Paço da Sempre Noiva, em Arraiolos, que cedeu a seus meios irmãos, o já referido Rui Drago de Portugal, filho do casamento posterior de D. Filipa com Manuel Drago, e sua irmã D. Brites de Portugal, uma das Sempre Noivas que habitaram o referido solar.

De assinalar entretanto a posse da quinta dos Dragos em Cabeda, a partir do séc. XVIII, por um fidalgo portuense, Manuel Pamplona que mudou o nome de Couto ou Quinta de S. Domingos para Quinta do Porto, como ainda hoje se denomina. Nos finais do séc. XVIII foi tomada de posse pela também fidalga família Correia de Araújo Barreto de Miranda, família essa que mandou em 1790 restaurar a capela — sendo essa a data gravada na sua fachada. Nesta nova linhagem já um tanto burguesa, destaca-se Bernabé Veloso Barreto de Miranda (Morgado de Santa Marta, Almotacé da Cidade do Porto, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Provedor da Real Companhia



Lápide de granito conservada na capela

das Vinhas do Alto Douro de 1781 a 1830). Este senhor, que foi importante na integração desta freguesia na demarcação pombalina, foi casado com Dona Antónia Teresa Correa de Araújo, Morgada de Cabeda, tendo este casal tido duas filhas, uma das quais, Antónia Inácia, casaria com José Pamplona Carneiro Rangel Baldaia de Tovar e deste casamento houvera dois filhos e uma filha, Maria Amália Pamplona Barreto de Miranda (1770-1837) que foi casada com o Visconde de Canelas, António da Silveira Pinto da Fonseca Coelho, ilustre portuense que participou na Revolução Liberal de 1820. Deste casamento não houve descendência, o que talvez explique a mudança de proprietários desta antiga Quinta do Porto ao longo do século XX e a extinção do Morgadio de Cabeda. A Quinta do Porto foi de Manuel da Cruz (Manuel ‘da Quinta’), nos anos 30 do séc. XX e mais tarde de Dona Palmira Monteiro, oriunda de S. Lourenço de Riba-Pinhão, sendo actualmente de Joaquim Pinheiro de Sousa, seu genro, que realizou — e bem — um segundo restauro à capela, mantendo tudo que era de manter. Lá está bem legível a lápide da fundação e, no chão da capela, o sepulcro do seu fundador Ruy Drago (que na tradição oral ainda hoje é referido como ‘o túmulo do fidalgo espanhol’); estão também retratos e documentos dos burgueses afidalgados seus donos no séc. XIX. No dealbar deste século e a partir da revolução liberal de 1820 e regimes seguintes numa monarquia constitucional e já não absolutista, os títulos eram tipo barão e visconde e já ligados a uma fidalguia mais recente e muito ligada por alianças e casamentos a uma burguesia em ascensão — neste caso de origem portuense que mantiveram este património — morgadio um tanto matriarcal — até ao séc. XX, a partir do qual outra série de proprietários se seguiu.

É a partir do séc. XVIII que a vertente vinhateira se desenvolve e ainda hoje é uma magnífica quinta de muito e bom vinho e azeite e com uma parte restaurada do solar, outra ainda em ruínas o que não admira, dada a enorme dimensão daqueles casarões que ainda hoje deixam a ideia a quem os visita do enorme esplendor que tudo aquilo deveria ter tido em tempos antigos. Constitui um valiosíssimo património de grande valor histórico para a povoação, para a freguesia e para a região de que a nossa terra se deve orgulhar e que há que manter a todo o custo para as gerações vindouras... Assim esperamos!

Histórias que as palavras contam

No âmbito do Ciclo 'Fala Churra', que o Grémio Literário Vila-Realense vem realizando desde 2010, teve lugar em 10 de Novembro uma sessão com o título "Histórias que as palavras contam", em que se coligiram mais de três dúzias de verbetes, reflectindo muitos deles o espírito de humor das gentes trasmontanas e alto-durienses.

Ai os deixamos, por nos parecer interessante a sua divulgação e para prazer do Leitor amante da sabedoria, da cultura, do humor e da linguagem popular:

ABADE. *Comer como um a.:* Comer muito. Conta-se que o célebre abade Guilhermino, de Chacim, que morreu pelos começos da década de 1950, deixando fama de homem valente, respondeu um dia, num banquete, a um sujeito que se gabava de ter comido como um abade: 'Como um abade comi eu. O senhor comeu como uma besta!' Mas verdade seja dita que a história é igualmente contada a respeito de outros abades.

ALPABARDA. Animal imaginário a cuja caça se atraem os ingénuos para os lograr. Veja-se como funciona: «Convencem um simplório, que não sabe do caso, a ir esperar a alpabarda, animal que lhe dizem ser de grande valor culinário, na gateira da parede de um lameiro, com um saco aberto, enquanto eles, fingindo que vão bater o monte, recolhem a casa e o mísero enganado espera ali horas e horas, até que, gelado pelo frio, se vai embora.» (*in Presença*, Boletim da Escola Industrial e Comercial de Bragança, ano XI, 3ª série, nº 5/6)

ARROBE. Espécie de geleia obtida por ebulição do mosto. Conta-se que certo rapaz gostava duma rapariga, mas era muito acanhado e não sabia como se lhe havia de dirigir. Pediu conselho à mãe, e esta disse-lhe: 'Fala-lhe com palavras doces.' O rapaz tomou nota e, mal viu a amada, atirou-lhe: 'Ó Maria! Arrobe, açúcar e mel!'

ARRODEIO. Rodeio; dificuldade, complicação. O Abade de Baçal conta algures a história de uma bruxa que não podia morrer sem passar o seu fadário a outra criatura. Vendo-a naquelas ânsias, disseram-lhe: 'Diga Jesus, tia Brites!' E ela: 'Não posso, que é muito arrodeio.'

AZOUGUE. Estratagema com vista a dar vantagem a um dos contendores nas chegas de bois. Consiste em colocar-lhe sobre o lombo uma pele de vaca ou vitela, cujo odor confunde o adversário, que, julgando-se em presença de uma fêmea, se recusa à luta, ou luta com menos vigor. (Vd. Antônio Lourenço Fontes, *Etnografia transmontana*, Vol. I, p. 49.)

BANZO. «(picar o) Pô-lo a quem mais dá, relativamente ao do andor.» Em muitos lugares, a honra de pegar ao andor do padroeiro é leiloada (ocorre-nos o caso da Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro). É a esse leilão ('picar') que se alude aqui. *Banzo* é propriamente cada um dos varais do andor.

BIRGE. Virgem. Ocorre-nos transcrever esta história, passada na célebre procissão de Santa Ana, na Campeã, V. Real: «Aconteceu um ano que, já o préstito entrava tardinha dentro, um rapazito, órfão de merenda, gritou para a progenitora, no momento em que esta passava à sua frente: § – Ó mãe, quero comer! § A resposta não se fez esperar, surda, espontânea e desconcertante: § – Cala-te, meu filho da puta. Num bês que bou de birge?» (Maria Hercília Agarez, *A brincar que o digas...*)

BOUBO. Tolo; doido. Conta-se que certa vez alguém viu uma *boubela* pousada num lameiro, e figurou-se-lhe que era Nossa Senhora. Foi então chamar o povo, dizendo-lhes que viessem ver também. Lá foram todos, levando um andor para pôr Nossa Senhora, mas quando se aproximaram a *boubela* voou, com o seu canto característico: bou-bou-bou-bou. E eles então, desanimados: 'Chamaides-nos boubos. E nós que lo soumos.' (Conta ouvida a um informador de S. Martinho do Peso, Mogadouro.)

CACARACÁ. De c.: De pouco valor. Montalvão Machado, no glossário que acompanha o romance *A Louca de Valpaços*, regista *cousas de cá-ca-rá-cá* e explica: «A um juiz que tinha de decidir um pleito, ofereceu uma das partes, para o subornar, um galo; a outra parte, com o mesmo fim, ofereceu-lhe uma ceva ou cevado (suíno). O juiz decidiu o pleito a favor de quem lhe deu a ceva. O do galo, nada contente, foi ter com o julgador, e perguntou-lhe por que razão dera a sentença contra ele. Que queria você que eu fizesse – disse o juiz – se você me trouxe uma testemunha de *cacaracá* e o outro uma de *ronca*?»

CARÇÃO. Pessoa natural da aldeia com o mesmo nome, no concelho de Vimioso. Dos *carções* se diz terem sangue judaico, e consequentemente dedo para o negócio. Daí o ditado: 'Bem-aventurados são os que não têm contas com os de Argozelo e Carção.' 'A esta gente é atribuído o desenvolvimento de M. Cavaleiros, onde a sua preponderância económica foi tal que ao tradicional anexim 'Para cá do Marão mandam os que cá estão' foi acrescentada esta ressalva: 'fora em Macedo, que mandam os de Carção'.

CORLA. Pigarro. O padre João Parente, notável arqueólogo vila-realense, costumava contar que perguntou um dia a uma velha da Campeã por que é que tomava aguardente ao mata-bicho, em vez de chá ou café. Respondeu ela: 'É que tchases e cafeses intcharcam o estômago e não cortam as corlas; mais quero augardente, que corta as corlas e não intcharca o estômago.'

DESASNEAR-SE. Instruir-se; perder a ignorância. Henrique das Neves, no

Vol. V da *Revista Lusitana*, p. 226, conta esta história: «Um indígena de Terras de Miranda entra no escritório dum advogado, para tomar conselho. Admirado de tantos livros pelas estantes (postos adrede para o efeito) observa-lhe: § ‘Sois mui nobo! Já sabedes tudo isto?’ § Dado o conselho, o bacharelote diz-lhe a importância da consulta. O transmontano, sem se perturbar pela exorbitância disparatada da quantia, remata assim a conversa: § ‘Tomai lá ametade e basta. E trabalhai por vos desasneiar.’ § E foi-se em boa paz, deixando o bacharel com cara de quem ainda... não se desasneou.» (*id. ibid.*)

DISSE. Nem se fala! Em V. Real conta-se ainda hoje a história de uma mulher de Gache (aldeia do concelho) que foi a Lisboa, e no regresso contou as suas impressões da capital: ‘Lisboa é bonita, mas Gache, disse!’

ENGAÇO. *Não conhecer o e.:* Diz-se da pessoa que regressa à aldeia natal, depois de ter vivido alguns anos na cidade, e afecta modos citadinos. Na origem da frase está a seguinte anedota: Um fulano regressado à aldeia natal vê um engaçó e finge não saber que alfaia é aquela, e pergunta o nome. Mas, ainda antes de obter resposta, pisa inadvertidamente os dentes do engaçó, fazendo com que o cabo lhe venha bater com força na cara. Diz então muito lesto: ‘Rai’s parta o engaçó!’ Camilo Castelo Branco, em *Folhas caídas, apanhadas na lama*, dá uma versão rimada desta história – o que prova que a mesma remonta pelo menos ao séc. XIX.

ESCRITO. Papel onde o sacerdote ou outra pessoa de virtude escreve palavras mais ou menos cabalísticas e que se acredita terem valimento contra doenças, mafeitorias de bruxas, etc. Uma história de *escritos*: «Um homem da Póvoa, concelho do Vimioso, chamado Lucas, foi pedir ao reitor do Vimioso um *scrito* com rezas mais fortes do que as dos outros padres contra as bruxas que o chupavam, cobrindo-lhe o corpo de maçaduras, reduzindo-o a definhamento extremo. O reitor desenganou-o mostrando-lhe o nenhum valor dos escritos, mas o homem teimava na sua credence e então o reitor deu-lhe um papel cuidadosamente lacrado, onde escreveu – ‘Bruxas, não chupei o Lucas, porém se o chupardes, chupai-o pelo chupas.’» (Francisco Manuel Alves e Adrião Amado, *Vimioso*, p. 314)

ESFRANGALHADO. Esfarrapado; desfeito. Na Caderneta de Lembranças de Francisco Justiniano Castro (publicada in *Amigos de Bragança*, Ano XX, 6.^a série, n.º 5) lê-se esta entrada: «Junho, 23 [1895] – o Pinto, feitor do Monte Mião, trazia de Villa Nova de Fozcoa umas poucas de bombas de dinamite nos bolsos e arderam todas juntas e morreu todo esfrangalhado.»

ESTADULHO. Qualquer pau de grande dimensão. Conta-se em Grijó, M. Cavaleiros, que nos preparativos para a procissão se notou que uma imagem não parecia muito segura no seu andor. ‘Olhai a Nossa Senhora o qu’abana!’ – observou alguém. Replicou o mordomo: ‘Pois s’abana, que num abane, que bô ‘stadulho tem metido pelo seu santíssimo cu acima!’

FACHUQUEIRO. Archote de palha (para alumiar, chamuscar o porco, etc.). Em Grijó, M. Cavaleiros, ouvimos esta anedota: Um rapaz, para impressionar a rapariga com quem se queria casar, disse-lhe: ‘Em casa do meu pai, na sala do meio, há um

candeeiro de 60 luzes.’ Foi-se a ver – e era um *fachuqueiro* de palha.

GATO. O Abade de Baçal, nas *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. X, p. 35, refere este diálogo entre o galo e o gato: «Em Janeiro cantareja o galo no poleiro: Quando virá o dia? Nunca amanhã, nunca amanhã, rosna o gato infressurado nas lambeduras dos cevados mortos, se não é na salsicheira, por descuido da dona de casa. Volta o galo: Onde foi meu amo? Ao nabal, ao nabal, regouga o felino (os nabos relacionam-se com a ceva dos porcos). § Em Junho invertem-se os paus: abundam os cereais, comida do galo, e escasseia a salsicheira, por isso o gato jeremia: Onde foi meu amo, que há três dias que o não vejo?! À segada, à segada, conclama o galináceo, pela sombra dos pátios, impante de fartura.»

GARAVITO. Gancho para pendurar seja o que for. Uma história contada pelo Abade de Baçal, nas *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. XI, p. 649: «Corre ainda mais a seguinte: pega lá a candeia, disse um homem à mulher; pendura-a pelo gancho no cadeado para vermos melhor. É *garavito* e não gancho, tornou-lhe a consorte, e tanto insistiu na pertinácia, contradizendo-o, que ele, prendendo-a com uma corda, a foi enterrando na água do poço, para ver se mudava de conceito; porém ela mais e mais clamava *garavito, garavito, garavito* e, quando já debaixo da água não podia falar, levantando as mãos, encurvando e distendendo o dedo indicador vertiginosamente repetia o gesto do *garavito, garavito*.»

LEBRE. *Apanhar uma l.*: Dar uma queda; estatelar-se. «Um habitante de Mofreita foi um dia a Bragança. Ao passar junto à praça da Sé escorregou, estendendo-se na calçada. Alguns figurões que passeavam na praça começaram a rir, batendo palmas e dizendo: “olhai, se quereis ver um ‘charro’ que lebre apanhou!” O homenzinho levantando-se mal ferido, respondeu-lhes: “muito me admira caçar aqui uma lebre ó pé de tanto cão!”» (Firmino Martins, *Folklore do concelho de Vinhais*, Vol. I, p. 290)

LHONA. Disparate do género dos que se contam acerca dos habitantes de vários lugares. Há aldeias que são vítimas predilectas deste tipo de historietas. Uma delas é a Mofreita, Vinhais. O Abade de Baçal, nas *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. IX, p. 268, reproduz uma série de *lhonas* sobre as gentes da Mofreita. Uma, para exemplificar: «Deliberaram então construir um grande açude no rio Tuela, e para evitar mais desastres foram consultar os vizinhos de Parâmio, onde ouviram alegoricamente que as presas se faziam com presuntos e salpicões, por serem estes os mantimentos que os artífices consomem. Voltaram satisfeitos, e, carregando para o local quanto presunto e salpicões tinham e puderam comprar, lá foram represando a água até que a animalidade carnívora devorou tudo.»

MATA. *M.-bicho*: Primeira refeição da manhã. Eis a explicação popular e fantasiosa do facto: «O chamar-se *mata-bicho* ao golo de aguardente que muitos costumam beber logo de manhã cedo, provém, segundo diz o povo, de uma epidemia desconhecida que matou muita gente. Por último, os médicos abriram um morto e achando-lhe na cabeça um bicho, deitaram-lhe vários remédios inutilmente, vindo a matá-lo com aguardente; de onde o nome de *mata-bicho* dado a esta.» (Abade de Baçal, *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. X, p. 663) | Quanto

a nós, uma explicação plausível é que ‘bicho’ esteja por aquela sensação de vazio no estômago quando temos fome (o célebre ‘rato no estômago’), sendo o *mata-bicho* aquilo que anula essa sensação, isto é, aquilo que se ingere.

NALGADA. Palmada nas *nalgas*. Atente-se neste curioso costume: «Também na mesma povoação e na próxima de Portela, na última noite do ano, os homens entram pelas casas adentro dos vizinhos, arrombando portas e janelas, se for preciso, para dar três nalgadas com a mão ou chinela nas nalgas das mulheres, mesmo que estejam deitadas na cama, a fim de andarem espertas durante o ano, dizem eles.» (Abade de Baçal, *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. IX, p. 242)

ONÇA. Pequena porção. Literalmente, cerca de 28 g. | Uma história graciosa que ouvimos em Grijó, M. Cavaleiros: Era uma vez um lobo que andava doente e foi ao médico, que atribuiu a doença a excessos alimentares e o proibiu de comer mais de onça e meia de comida por dia. Muito triste, o lobo voltou para casa. Ao passar junto dum lameiro, viu uma burra e respectiva cria a pastar, e disse para consigo: ‘Quem com Deus anda, Deus alumeia: a burrica é a onça e a burriquinha é a meia.’ E foi-se a elas e comeu as duas.

PATENTE. Espécie de tributo. «O rapaz que procura noiva em povoação diferente da sua é obrigado a pagar a ‘patente’, ou ‘robra’, ou o ‘vinho’, que consiste em pão trigo, vinho, cigarros; se não paga, percorrem com ele a povoação e lançam-no à poça, quando não é espancado, o que origina sérios conflitos entre povoações. Uma vez paga, pode visitar à vontade a noiva, de noite ou de dia.» (Firmino Martins, *Folklore do concelho de Vinhais*, Vol. II, p. 426) | Esta patente – coisa de tempos idos – parece ser uma manifestação de resistência à exogamia.

P’CISSÃO. Por ‘procissão’. Conta-se em Chacim, M. Cavaleiros, que uma mulher de Malta (minúscula povoação próxima, do mesmo concelho), entusiasmada com a procissão do dia de festa, que para ela seria a coisa mais linda do mundo (quando na verdade era de uma extrema modéstia), exclamou para uma amiga: ‘Ó comadre, p’cissãozinha como a de Malta num-na há nem no carvalho!’ (Este ‘carvalho’ é eufemismo nosso, claro.)

PERCEVEJOS. Conta algures Leite de Vasconcelos que tendo certa ocasião de pernoitar numa pensão de M. Cavaleiros, perguntou à criada se havia percevejos. Respondeu ela, muito admirada da pergunta: ‘Então não havia de haver? Estamos no tempo deles!’

PORCO. *P.-pisco*: Pequena ave migratória, o mesmo que *pisco* simplesmente (*Erithacus rubecula*). Sobre esta avezinha conta-se em Grijó, M. Cavaleiros, a seguinte história: Uma vez andava o *porco-pisco* a banhar-se na ribeira. A certa altura virou-se de pernas para o ar e com a euforia derivada do prazer do banho, saiu-lhe esta bazófia: ‘Se agora o céu caísse abaixo, eu era capaz de o aguentar nas minhas pernas!’ Naquele preciso instante ouviu-se um trovão. Assustado, julgando que era um castigo divino pela sua bravata, diz o *porco-pisco* muito depressa: ‘Ó meu divino Senhor, num bos fintedes (não vos finteis) no *porco-pisco*, que num tem perninhas para isso.’

REDONDO. *Cair r.*: Cair de forma súbita, como fulminado. O adj. ‘redondo’

tem por vezes este sentido de ‘fulminante’. Conta-se que uma ocasião um homem se encontrou muito mal e se lamentava: ‘Ai, Jesus, que eu morro aqui redondo!’ E a mulher: ‘Atão ‘stica-te, home; ‘stica-te.’

REFUNFUNHEGAR. Recalcitrar. «Neste povo [Palaçoulo] do concelho de Miranda do Douro, não se pode dizer: *ainda refunfunhegas*, sem perigo de maus tratos. Segundo a lenda, deitaram São Miguel a uma poça ou lagoa do meio do povo para o obrigarem a curar uma epizootia que grassava no gado bovino, e como estava cheio de pó e caruncho, que explodia com a água, alguém disse: *ainda refunfunhegas, caramonico del diablo?* De onde o apodo.» (Abade de Baçal, *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. IX, p. 269)

RISA. Riso. Uma história que ouvimos da boca do saudoso P.^e António Maria Mourinho, e reproduzimos no nosso livro *O diabo veio ao enterro* (2.^a ed.): «Dize que uma bêze um home mandara a filha ò moinho por uma saqueta de farinha. A rapariga foi e nunca mais apracia, e o pai todo ralado. Quando tchigou, por fim, prècura-le o pai: § – Atão porque é que te demorastes tanto? § – Olhe, mou pai. Ou era para me bir logo embora. Mas o demonho do moleiro agarrou em mim, deitou-me c’o cu metido no far’nheiro e, olhe, feze o que quiço... § – Feze o que quiço?!... Oh, balha-me São Bart’lomeu! E atão tu, tontinha, que num gritabas? § – Gritar?!... Olha! E quem podia, co’a risa?»

SENCENO. Nevoeiro. Uma *lhona* sobre a ingenuidade dos habitantes da Mofreita, Vinhais, colhida em Firmino Martins, *Folklore do concelho de Vinhais*, Vol. I, p. 288: «Após dias de límpido sol, apareceu o senceno no fundo do vale da Mofreita. Os habitantes ao vê-lo começaram a gritar: ‘Aí vem o mar, aí vem o mar!’, subindo aos negrilhos e aos castanheiros. ‘Haverá peixes?’, diziam uns para os outros. ‘Vou eu lá ver’, diz um, deitando-se do negrilho abaixo. Como é natural, o homenzinho ao bater no chão duro, gritou: ai! ai!... ‘Diz que os há!’, gritam os de cima, lançando-se também ao mar.»

TORDELO. Ave semelhante ao tordo (Gén. *Turdus*). Sobre o ‘tordelo’, uma história contada in Abade de Baçal, *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. XI, p. 649: «Corre em terras bragançanas, a lenda de um caçador dizer à mulher, no regresso a casa, em dia de entrudo: pega, só consegui matar este tordo. Entrecozes para a calda da sopa e refuga-o depois, para cearmos. A esposa, vendo a ave, disse-lhe: é tordelo e não tordo. Disso, observou-lhe o marido, sei eu mais com os olhos fechados, do que tu com eles abertos. É tordo, sem dúvida nenhuma. Enganas-te, volveu-lhe ela, é tordelo e tanto teimava no caso, que o cônjuge, perdendo a paciência, *tundiu* deveras a impertinente. § No entrudo do ano seguinte a mulher, aludindo ao caso, disse para o marido: faz hoje um ano, que injustamente me deste uma *capilota*, por causa do tordelo. A culpa foi tua, por estares a teimar naquilo que não conhecias. Conhecia tal, melhor que tu, regougou-lhe abespinhada; tordelo sem dúvida nenhuma é que ele era. E, de insistência em insistência, voltou a aplicar-lhe o argumento baculino do tira-teimas. § Isto não obstante, a mulher todos os anos, reavivava pelo entrudo a memória do funesto aniversário, provocando assim discussões terminadas sempre

por nova tarefa.»

TRALHÃO. Certa ave de arribação (Gén. *Muscicapa*). Os *tralhões* e outras aves de arribação, que chegavam pelo fim do Verão e demoravam pouco tempo entre nós, eram objecto da caça impiedosa por parte dos garotos, que faziam neles grandes mortandades com as *pescoceras*. Pelo contrário, as andorinhas, que por cá passavam temporadas mais longas, eram respeitadas. A esse respeito, conta o povo que os tralhões e as andorinhas se cruzam nas suas migrações: elas a partir, eles a chegar. E perguntam as andorinhas aos tralhões: ‘Onde ides, tralhões loucos, que ides muitos e vindes poucos?’ Ao que os tralhões replicam: ‘Onde ides, andorinhas putas, que ides poucas e vindes muitas?’

TRASGO. Certa figura da mitologia popular. «Aparecem sob a forma de rapazes de dez e doze anos, travessos, irrequietos, bolidiços; vivem nas casas habitadas, mas não fazem mal, apenas causam sustos.» (Abade de Baçal, *Memórias arqueológicas [...] do distrito de Bragança*, Vol. IX, p. 344) | Em Grijó, M. Cavaleiros, acredita-se que são crianças falecidas sem baptismo e que, não podendo por isso entrar no céu, andam pelas casas a cumprir o fadário. | Em Peredo, M. Cavaleiros, ouvimos a seguinte história: Farta das travessuras de um trasgo, uma família resolveu mudar de casa, a ver se assim se livrava dele. Enquanto andavam à formiga a mudar os trastes, viram a certa altura o trasgo dirigir-se para a casa nova transportando um banquinho sobre a cabeça. Perguntaram-lhe a razão. E ele, com toda a naturalidade: ‘Então não estamos a mudar de casa?’

TREMPE. Peça de ferro com três pés, para apoiar a sertã, púcaro ou pequena panela ao lume. Conta-se em M. Cavaleiros a história de um ajudante de ferreiro que estava a fazer uma trempe e perguntou ao patrão: ‘Ó mestre, quantos pés leva uma trempe?’ ‘Leva três, quantos querias que levasse?’ ‘Três?!... A esta já lhe botei cinco e ainda não se tem de pé!’

A. M. P. C.

Recensões

***Antropologia da Comunicação. Ritos, Mitos, Mitologias*
de Alexandre Parafita
Lisboa : Âncora Editora, 2012**

Este livro, sugestivamente intitulado *Antropologia da Comunicação. Ritos, Mitos, Mitologias*, coloca-nos, como qualquer livro, um desafio: o de saber o que podemos beneficiar com a sua leitura integral ou parcial. O próprio autor responde a esta questão na breve nota de apresentação que acompanha o livro.

Nesta nota clara e metódica, Alexandre Parafita situa o seu estudo no âmbito da Antropologia da Comunicação, que se ocupa das “formas como as sociedades humanas comunicam entre os seus pares e com os outros, incluindo aqueles que interpela nas megadimensões do sobrenatural”. Este não é, portanto, num tempo em que as Ciências da Comunicação enquanto disciplina estão na moda, mais um manual de comunicação; é um livro que nos fala de comunicação social, de *mass media*, mas também, e sobretudo, daquela comunicação em que entram não só os textos da chamada literatura oral, popular e/ou tradicional, mas também outras dimensões das culturas populares como ícones, símbolos, rituais e festividades de diverso tipo.

A nota de Alexandre Parafita é ainda preciosa por nos indicar o público a que se destina este livro: “Concebida para um público curioso e culto, esta obra pode ser igualmente valiosa como manual de consulta para alunos e professores em domínios como as Ciências da Comunicação, Antropologia Cultural, Etnografia, História e Literaturas”. Quer isto dizer que o autor não é pretensioso no modo como vê e apresenta este estudo, nem cai na falsa modéstia. Se se destinasse apenas ao leitor que procura cultivar-se acima do apontamento cultural generalista ou sensacionalista, já não seria pequeno o mérito deste trabalho; mas este livro está escrito e organizado de modo a servir de “manual de consulta”, como diz o autor, e a inspirar outros estudos e outras abordagens.

A estruturação deste livro em três partes permite que o leitor não especializado

se aperceba da importância da comunicação em geral e da comunicação dita popular em particular; e convida o estudioso e o aluno universitário a envolverem-se numa área em que há muito por descobrir, compreender e divulgar, sobretudo no que tem a ver com os géneros da literatura de transmissão oral. Na primeira parte, o autor apresenta-nos uma descrição dos aspectos essenciais da comunicação e da comunicação social; na segunda e na terceira partes, fala-nos do lugar da memória nas Ciências da Educação e do valor estético e pragmático dos textos da tradição oral e de algumas das manifestações da cultura popular do Alto Douro e de Trás-os-Montes.

Tal como acontece num outro livro de Alexandre Parafita, *A Comunicação e a Literatura Popular* (1999), esta obra revela uma sensibilidade muito acentuada em relação ao universo da literatura de transmissão oral; sensibilidade e rigor científico, uma vez que o autor sabe cruzar, na sua análise, diversos saberes disciplinares, que vão das Ciências da Comunicação à Cultura, à História, à Etnografia e à Literatura.

Não é com paternalismos nem com sentimentos de superioridade e de gosto pelo pitoresco que o autor trata a literatura oral e outras manifestações populares como o Menino Jesus e o Entrudo transmontano (em que se inscrevem textos ao mesmo tempo escritos e orais: as “pulhas casamenteiras” e os “testamentos”). Alexandre Parafita sabe que esta literatura encerra uma ética e uma estética, e por isso refere-se-lhe nestes termos: “Neste quadro, impõe-se uma reflexão sobre um campo geralmente não contemplado pelos estudos do fenómeno comunicacional e que se prende com a vocação didáctico-comunicativa da arte da memória, assumida como um veículo de transmissão intergeracional de valores e saberes que definem a estética da vida e a prática de um povo” (pp. 65-66).

Alexandre Parafita organiza, descreve e analisa textos que ele próprio recolheu. Significa isto que o autor não usa materiais em segunda mão, de origem duvidosa



ou de registo imperfeito; e que conhece os informantes, a sua história, os contextos em que os textos surgiam ou surgem. Alexandre Parafita é, aliás, hoje, em Portugal, quem mais sistematicamente se dedica à recolha de literatura oral, principalmente de contos, lendas e mitos; e fá-lo, há mais de vinte anos, como ninguém o fez antes dele numa área que é específica mas extensa: o Alto Douro e Trás-os-Montes. José Leite de Vasconcelos deixou-nos uma recolha importante que abrange todo o território nacional; mas talvez possamos dizer que Alexandre Parafita está mais no terreno do que alguma vez esteve José Leite de Vasconcelos, que recorreu a inúmeros colaboradores. Isto para não falarmos de outros recolectores de finais do século XIX e princípios do século XX como Adolfo Coelho e Teófilo Braga, que não fizeram recolhas sistemáticas.

Devemos, assim, valorizar este livro de Alexandre Parafita também neste aspecto da recolha e disponibilização de textos, como rimas infantis, quadras, pragas, provérbios ou adivinhas, que o autor reúne sob a designação de “Folclore obsceno”. Só por aqui já se percebe como se confirma o que dizíamos e sugeríamos acima: Alexandre Parafita usa materiais que ele próprio recolhe e não estabelece censuras morais nem estéticas; e considera os textos a que se convencionou chamar obscenos, que não encontramos com facilidade registados em livro, tão dignos de atenção como quaisquer outros.

O desconhecimento destes textos obscenos, entre nós, e os preconceitos em relação à sua importância na formação da personalidade individual e na regulação social fazem com que Alexandre Parafita nos forneça uma amostra muito significativa em termos de géneros e um comentário objectivo. O autor defende que a obscenidade de rimas infantis, pragas, paródias de orações ou de contos, por estranho que pareça, é essencial para o equilíbrio psicológico e físico do enunciador, e não menos relevante para o equilíbrio da comunidade. O texto literário oral obsceno resolve ou atenua tensões individuais e colectivas, e permite a socialização e a exploração do mundo, inclusivamente por parte das crianças e adolescentes. Esta pragmática só é possível porque nestes textos há uma poética e uma estética que o enunciador frui, e que pode ser ou não extensível a quem eventualmente os ouve ou lê.

Este é, em síntese, um livro que nos fala de comunicação, das suas leis e formas, dos seus problemas e agentes, e, em especial, de um tipo de comunicação: a comunicação que se faz através de textos da literatura oral. Um livro que pode inspirar trabalhos nas áreas a que já nos referimos, mas também numa área que deve ser cada vez mais uma prioridade das sociedades cultas e evoluídas: a das Ciências da Educação, que podem e devem chamar a atenção para a importância das culturas e das literaturas populares enquanto universos construtores de um relacionamento saudável e pacífico entre povos, comunidades, etnias e gerações¹.

¹ Convém destacar a *Revista Lusófona de Educação*, editada pelo CEIEF – Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que, ao longo dos seus já dez anos de publicação, se constituiu em publicação de referência, a nível nacional e internacional, não só no campo específico das Ciências da Educação mas também nas áreas que dialogam com a Educação, nomeadamente nas da literatura (Nogueira, 2011, pp. 91-101) e da linguística (Mateus, 2011, pp. 13-24).

Obras citadas

Mateus, Maria Helena Mira, “Diversidade linguística na escola portuguesa”, in *Revista Lusófona de Educação*, n.º 18, 2.º trimestre de 2011, pp. 13-24.

Nogueira, Carlos, “Os textos da tradição oral portuguesa no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário”, in *Revista Lusófona de Educação*, n.º 17, 1.º trimestre de 2011, pp. 91-101.

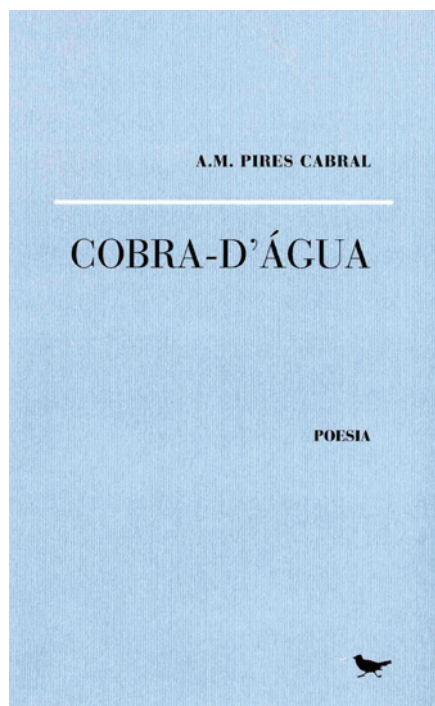
Carlos Nogueira

(IELT / FCSH / Universidade Nova de Lisboa)

Cobra-d’água

de A. M. Pires Cabral

Lisboa : Cotovia, 2011



Perfeitos 70 anos, quis A. M. Pires Cabral fazer um balanço, diverso da antologia que a Academia de Letras de Trás-os-Montes lhe dedicou, intitulada *Aqui e Agora Assumir o Nordeste*². Se, aos 35, estamos a meio da vida, finda ela quando decuplicamos o tão prodigioso sete? Este septenário vezes dez era, para Santo Agostinho, «la totalité d’une évolution, un cycle évolutif étant complètement achevé»³. Um ciclo, note-se; e, neste caso, uma tão-só existência em verso que, poderemos dizer, acaba por (como fecha este livro) mostrar ao sujeito um «túnel ao fundo da luz». O que se segue: a escuridão última?

Diz uma rã aqui abocanhada que a morte «parece que leva / uma eternidade a acontecer»; mais: que, se «há uma cobra d’água no destino de todos» (o que nos traz algum consolo), a própria cobra d’água tem o seu destino. Sobrenada uma visão cataclísmica, de fim do mundo?

² Selecção e organização de Isabel Alves / Hercília Agarez, Lisboa, Âncora Editora, 2011.

³ J. Chevalier, A. Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Robert Laffont / Jupiter, 1982, p. 890.

Estas páginas oscilam entre Sarabanda à Haendel, com o seu quê de desfile lento, a modos de procissão, caminhando para um fim inelutável, e Requiem, mas, na condição animal em que se multiplicam as metáforas, essas mesmas páginas são um exercício de morte à morte, mostram-se utilmente no «seu papel / de demonstrar o avesso que há nas coisas».

Há outra maneira, talvez mais coerente, de conjugar a tríade céu, terra, homem, que vejo nas duas partes somando 36 poemas. Este é o número «de la *solidarité cosmique*, de la rencontre des éléments et des évolutions cycliques»⁴. Note-se: já não é um ciclo acabado, como ao falarmos de 70; é uma evolução cíclica, onde os elementos solidariamente se encontram, diria melhor, *se transmudam*, fazendo nós coro no bestiário aqui figurado. Essa eloquência, coral (porque assenta em vozes díspares, qual a referida obra-prima de Mozart), compõe-se no presente, ou a partir deste, se é caso de imperativo – que são as formas gramaticais menos afeitas à morte.

Podemos enumerar alguns modos de *sobreviver*, no sentido de viver sobre, acima de, acontecer, aparecer (infinitivos que negam o fim das coisas): desde logo, a esperança com que abre o primeiro poema, em estrutura embaladora e reiterativa («Diz-me que»), no seu título paradoxal: “Elegia do reencontro”. A par de um repetido *tu* relacional, inscreve-se variamente o sentido de *família*, vindo já de obras anteriores: em referências aos seus, aos objectos domésticos (o pai; a candeia), aos seres nada irracionais dos nossos dias comuns, desde aves ao serpentário; nas locuções ou giros comuníssimos à língua, que refrescam o verso («verdade seja dita»; «palavra de honra»; «Venha o diabo e escolha»; «jogar pelo seguro»; «de trazer por casa»; «De modo que»; «se assim se pode dizer», perfazendo inclusive verso: «Estava-se mesmo a ver como a coisa ia acabar.»); no inesperado da gíria (aí está Deus a *marimbar-se*), em oposição a curto vocabulário técnico («élitros», «quelónios»); no recurso a fórmulas («Mas, caramba», «E viva o velho!»), a quadros antilíricos e exemplos regionais: seja no risco de *coçar-se*, estoicamente alargando a chaga, à Catão, seja atravessando-nos a sorte d’*O Seringador*, e não os prognósticos do *Borda d’Água*...

Assumida uma invencível corrupção por parte de vida que connosco brinca, seja essa corrupção «sem pressa»; para isso, saibamos corrigir as nossas precipitações, como deve fazer um poeta, e este cumpre, à imagem dos “Cães que brincam”, num formoso tríptico, a que se resume a nossa condição. Não se leia, pois, aversão à morte; antes, avesso (o avesso das coisas, que é modo de nelas nos prolongarmos), ou reversão, como na sintaxe do verso final; este é um processo de, ainda que no termo da vida física (ou num ciclo da existência) ultimamente retomado em Pires Cabral, continuarmos a perseguir o ser de tudo, o termo-chave que percorre e fecha estas páginas: luz.

Ernesto Rodrigues
(IELT / FCSH / Universidade Nova de Lisboa)

⁴ Idem, ibidem, p. 965.

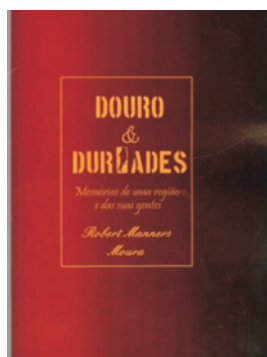
Notícias das Letras



ISABEL MATEUS EM EDIÇÃO BILINGUE. Chegou-nos recentemente uma colectânea de contos de Isabel Maria Fidalgo Mateus (Quintas do Corisco, Moncorvo, 1969; actualmente residente em Inglaterra, onde exerce funções docentes na Universidade de Liverpool) em edição bilingue (português e inglês). A colectânea foi publicada já este ano na colecção Portuguese Insights, da Universidade de Birmingham, Reino Unido.

Foram seleccionados 12 contos retirados de *Outros Contos da Montanha* (2009). O livro inclui ainda um pequeno glossário de regionalismos.

O trabalho de selecção e tradução é de Patricia Anne Odber de Baubeta, que também assina uma extensa nota introdutória.



DOURO E DOURIADES. Com o subtítulo de *Memórias de uma região e das suas gentes*, acaba de nos chegar às mãos o romance *Douro e Douríades*, da Robert Manners Moura.

A sua classificação como romance é perfeitamente aceitável, porque é como ficção que tem de ser entendido, não obstante assentar em figuras, factos e lugares reais. Mas a obra reúne características de outros géneros, nomeadamente o ensaio. Na verdade, tomando como pretexto a saga duma família multinacional, *Douro e Douríades* assume-se como um estudo exaustivo de região duriense, com as suas potencialidades e estrangulamentos, desde o longínquo séc. XVIII até aos nossos dias.

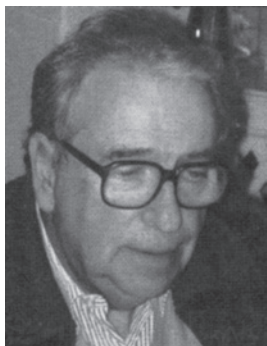
O livro, que sai com a chancela da Bubok, é assim mais um importante contributo para a já consideravelmente vasta bibliografia duriense.



NOVO LIVRO DE SÁ GUÉ. António Sá Gué (Carviçais, Moncorvo, 1959), romancista e contista, mantém uma intensa actividade de publicação. Depois de *Fermento de liberdade*, sua sexta obra, publicada em 2011, vem já a público com outro título, *Quadros da transmontaneidade* (Lema d'Origem Editora).

Trata-se de uma série de memórias, ou talvez de «microcontos que reflectem a forma de ser transmontana». Não é exactamente uma obra de cariz etnográfico. «É, antes de mais, um livro que fala da grandeza e da mesquinhez humana, de ressentimentos, de canseiras, dos tédios e das angústias que alimentam qualquer ser humano», lê-se na sinopse que nos foi enviada.

Na sua leitura reencontrámos a competência narrativa a que o Autor nos habituou.

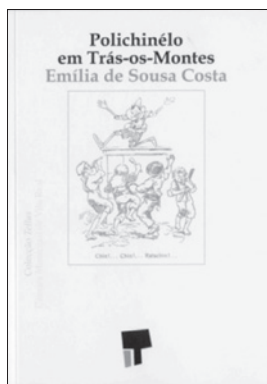


FALECEU JOÃO DE SÁ. Chegou-nos a notícia do falecimento, em 23 de Fevereiro último, de João de Sá.

Com o seu desaparecimento, as letras trasmontanas perdem um dos seus nomes cimeiros, embora, devido à sua enorme modéstia pessoal, também dos menos conhecidos.

Poeta, contista e cronista, João de Sá era possuidor de uma escrita límpida, reflexiva, que volitava, como uma borboleta atraída pela luz, em torno da sua Vila Flor natal, fonte de inspiração tão absorvente que é dela que fala nos nove livros que nos deixou. Mas a qualidade dessa escrita, com a sua notável profundidade de análise e intensidade de sentimento, distingue-a bem da vulgar literatura encomiástica e bem intencionada.

Eis os títulos principais da sua bibliografia: *Flores para Vila Flor* (1996); *Um caminho entre as oliveiras* (1997); *Mãe-d'Água. Ficções e memórias* (2003); *Assalto a uma cidade feliz* (2006); *Vila à flor dos montes* (2008); *Vozes além da fala* (2008); *E de repente é noite* (2009); *Pelo sinal da terra* (2010); e *Cantos da montanha* (2010).



POLICHINELO EM TRÁS-OS-MONTES. Foi recentemente publicada pelo Grémio Literário Vila-Realense uma nova edição da obra *Polichinelo em Trás-os-Montes*, da autoria de Emília de Sousa Costa. Trata-se de uma edição parcialmente fac-similada de um dos mais interessantes títulos da Escritora, que, como se sabe, dedicou parte importante da sua obra à literatura infantil. Emília de Sousa Costa, esposa do também notável escritor Alberto Mário de Sousa Costa, nasceu no concelho de S. João da Pesqueira e é autora de uma vasta obra, em que sobressaem os títulos de literatura para crianças e também os livros de natureza didáctica sobre a educação da mulher. É uma das personalidades retratadas numa colecção de selos emitida pelos Correios para comemorar a implantação da República.



M. HERCÍLIA AGAREZ: ESTREIA NA FICÇÃO. M. Hercília Agarez (Vila Real, 1944) acaba de publicar o seu terceiro livro. Depois de *A brincar que o digas* (2001, crónicas), *Miguel Torga, a força das raízes* (2007, ensaio), surge agora com o primeiro livro na área da ficção: *Histórias que o povo tece. Contos do Marão* (Lema d'Origem Editora).

São quinze contos, divididos em duas secções, a primeira das quais justifica o subtítulo de “Contos do Marão”, pois inclui dez histórias brotadas do húmus das serranias e tendo por protagonistas as gentes que nelas habitam. A segunda parte reúne cinco histórias, regra geral um pouco mais extensas e de temática mais urbana. As características principais desta colectânea são, para além de uma linguagem correcta e de um ‘dizer’ elegante, um discreto sentido de humor e o alcance social.



NONO LIVRO DE DONZÍLIA MARTINS. Donzília Martins (n. Murça, 1942), escritora e jornalista, publicou recentemente o seu nono título, *Divagações à flor da alma e do mar*. O livro parece assumir-se como uma homenagem à Póvoa de Varzim e sobretudo ao seu mar, aos quais a Autora se encontra muito ligada afetivamente. «Uma espécie de crónica/diário em homenagem a este mar da Póvoa, a esta luz» – lê-se na apresentação.

Trata-se de um livro *sui generis*, escrito num registo predominantemente poético, onde parece haver uns farrapos de ficção (ou, talvez antes, apontamentos autobiográficos ou mesmo como que entradas de diário) de mistura com a observação e o pendor reflexivo próprios da crónica e também com a literatura intimista, confessional. É um conjunto de mais de seis dezenas de textos marcados pela afetividade, geralmente pouco extensos, mas de forma alguma secos.



O ROMANCE DO GRAMÁTICO. Após um longo silêncio em matéria de produção ficcional, Ernesto Rodrigues reaparece nos escaparates com um romance histórico de grande fôlego e notável erudição, intitulado *O romance do gramático* (Gradiva, 2011). Este gramático de que aqui se contam as peripécias aventurosas é Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática portuguesa, de 1536. Tomando-o por pretexto, Ernesto Rodrigues recria o ambiente do séc. XVI, especialmente no que toca à vida monástica, à Inquisição e ao papel que nesta tiveram os dominicanos.

Trama romanesca muito bem urdida, com base em dois “livros” manuscritos em cuja frente e verso se desenrolam duas histórias, escritas por mãos diferentes, mas que de algum modo se completam e mutuamente explicam. A linguagem deste romance notável nem sempre é fácil, em virtude da própria riqueza vocabular e sintáctica, mas isso não obsta ao prazer da leitura.

Sumário

• Uma polémica amável	
<i>A. M. Pires Cabral</i>	5
• Luísa Dacosta e Vila Real: A infância mitificada	
<i>Maria Hercília Agarez</i>	14
• <i>Douro: Pizzicato e Chula</i>	
ou O rio poético de A. M. Pires Cabral	
<i>Fernando de Castro Branco</i>	38
• Eduardo Guerra Carneiro, pequenas impressões	
<i>Nuno Monteiro</i>	46
• Vila Real num lento caminhar para a República	
<i>Pedro Abreu Peixoto</i>	51
• O fabuloso solar dos Dragos em Cabeda	
<i>José Alves Ribeiro</i>	57
• Histórias que as palavras contam	61
• Recensões	68
• Notícias das Letras	73

